



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS -IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL -SER**

CLARA DE SOUZA GUEDES

**O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO *VIVA CENTRO!* E OS DESDOBRAMENTOS
PARA A POPULAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL EM BRASÍLIA**

BRASÍLIA - DF

2022

CLARA DE SOUZA GUEDES

**O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO *VIVA CENTRO!* E OS DESDOBRAMENTOS
PARA A POPULAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao departamento de
Serviço Social da Universidade de
Brasília como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social, sob a orientação da
Prof. Camila Potyara

BRASÍLIA - DF

2022

**O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO *VIVA CENTRO!* E OS DESDOBRAMENTOS
PARA A POPULAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL EM BRASÍLIA**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Clara de Souza Guedes.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Camila Pereira Potyara -ICH UNB (Orientadora)

Dra. Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro ICH UNB (Examinadora Interna)

Me. Leonardo Dias Alves (Examinador Externo)

Brasília, 30 de junho de 2022.

Dedico esse trabalho a todos aqueles que, por não possuírem oportunidades dignas de se estabelecerem socialmente, encontram nas ruas a solução para poder sobreviver. À todos aqueles que dormem nas ruas, expostos aos mais diversos tipos de violência, dentre elas, a violência da própria sociedade contra aqueles que são seres humanos iguais a todos os outros, mas são minimizados a sua condição, perdendo a sua dignidade humana. À todas as populações de rua brasileiras, e principalmente, à população de rua do Setor Comercial Sul, que mesmo com todos os processos contrários a sua permanência no território, continuam fortes, lutando pelos seus direitos e dentre eles, o direito de habitar os locais públicos, o direito à cidade. Esse trabalho é para vocês. Continuem sendo resistência!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe, que com toda a sua força e determinação me ensina todos os dias a não desistir das minhas batalhas diárias. Agradeço ao seu companheirismo, por sempre me incentivar a fazer o que eu amo, por ter paciência comigo nos momentos de estresse que a graduação naturalmente causa, pela sua amizade e, principalmente, por sempre acreditar, confiar e incentivar minhas escolhas de vida. Mãe, sou eternamente grata pela oportunidade de ser sua filha e melhor amiga. Tenho certeza que sempre estaremos uma ao lado da outra, encarando todos os desafios da vida, pois uma com a outra nos tornamos sempre mais fortes. Te amo e te admiro eternamente.

Ao meu pai, que sempre se preocupa com o meu futuro profissional e acadêmico, que mesmo com sua dureza, sempre me incentiva a ir atrás do melhor para mim. Sempre costuma falar que meu potencial é grande e isso sempre me dá forças para acreditar que eu vou conseguir chegar aonde eu quiser. Mesmo não parecendo, sempre escuto seus conselhos e em vários desafios da minha vida me lembro do seu incentivo. Te amo e sei que sempre terei você como meu amigo.

Não poderia deixar de citar meus avós e meus padrinhos, que sempre me incentivaram com meus estudos, perguntando sempre como está a faculdade, como está a monografia, quando irei me formar. São perguntas rotineiras mas que demonstram a preocupação e carinho que minha família tem comigo, com a minha felicidade e com meu sucesso.

Agradeço aos meus irmãos, João e Luiza. Ao João, que está crescendo e se tornando um homem gentil, amoroso e inteligente. Sempre estamos um ao lado do outro nos fortalecendo e nos ajudando. Agradeço pelos momentos de descontração nas minhas tardes tensas de estudo, por me ouvir e me fazer rir, mesmo que não saiba que preciso de uma distração. Te amo, João, e me orgulho de quem você vem se tornando, sou grata por poder acompanhar o seu crescimento. À Luiza, que de repente surgiu na nossa família e hoje é a força central que nos une. Uma neném de apenas um ano durante a construção dessa monografia, que com toda a sua inocência e curiosidade pelo mundo me impulsiona a sempre querer ser uma pessoa melhor e mais inteligente, para poder passar e ensiná-la o caminho do amor, do respeito e gentileza com o próximo. Mesmo que ainda não saiba, ela é uma das minhas maiores motivações de força e felicidade; quando estive nos meus piores momentos,

seu sorriso sincero e espontâneo apenas ao olhar para mim me faz sentir um amor genuíno e sincero. Tenho muita fé nos meus irmãos e no futuro e espero que o mundo se torne um lugar melhor para vocês.

À todos os meus professores da graduação, que mesmo com todas as dificuldades na educação brasileira se mantêm fortes e resistentes, e fazem muito bem a sua missão de transformarem gerações e profissionais engajados e politizados. Um agradecimento especial ao professor Evilásio Salvador, que além de professor, se tornou um parceiro de vida, me incentivando a entrar na área de pesquisa e ir além com minha monografia.

Gostaria de agradecer à orientadora desta monografia, a professora Camila Potyara. No meu 3º semestre de faculdade tive o prazer de ter aula com ela, e depois nunca mais fui a mesma. Sua simplicidade em nos fazer entender os assuntos, sua compreensão, sua inteligência e luta me mudou como aluna, futura profissional e como pessoa. Agradeço por ter aceitado me orientar neste trabalho, é um prazer gigante ter o seu nome no que hoje é o meu trabalho mais importante.

Gostaria de agradecer também a todos os profissionais do CAPS AD III CANDANGO, que tive o prazer de fazer estágio e conhecer sobre a realidade social e urbana do Setor Comercial Sul. Em especial, gostaria de agradecer às minhas supervisoras de campo, Bete Santana e Geucilene, por terem me ouvido, ensinado e mostrado os caminhos para fazer uma experiência de estágio rica em teorias e prática. Agradeço a paciência e compreensão, e principalmente, pela base que essas duas ótimas profissionais me deram para exercer minha profissão futuramente.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos que me acompanharam desde o início da minha graduação e os que surgiram no meio do caminho. Em especial, ao Raphael, meu companheiro de curso e de vida, por todas as conversas e desabafos pela UNB. Tenho certeza, Rapha, que você será um ótimo profissional e juntos, futuramente, teremos nossos momentos, mas com a diferença que seremos Assistentes Sociais. É um prazer ter você como companheiro de graduação e, futuramente, como companheiro de profissão. À Flávia, que conheci durante a graduação e que durante a pandemia se tornou uma grande amiga, estando do meu lado e me ajudando a enfrentar meus momentos de dificuldade. Sua força foi essencial para me fortalecer; sou eternamente grata pela sua existência e pela nossa amizade, que sempre se fortalece mais. À Isabela, minha amiga desde o ensino médio e que sem dúvida alguma é uma das minhas maiores bases. Bela, como te disse, quem tem a sua amizade tem sorte na vida. Obrigada por sempre me ouvir, por ser compreensiva e estar do

meu lado, se preocupando comigo nos momentos mais difíceis da minha jornada. Sou muito grata por ter o privilégio da sua amizade.

Por fim, agradeço a mim. Por sempre estar do meu lado, sempre acreditar em mim e por nunca ter desistido. Minha visão social e necessidade de justiça me faz ter um olhar mais sensível aos fenômenos que acontecem ao meu redor. Que o futuro me reserve oportunidades de sempre incentivar minha visão social, podendo construir conhecimentos e poder deixar algo socialmente em troca para a sociedade.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar os processos de intervenção urbana no Setor Comercial Sul, em Brasília, e como eles afetam a realidade da população de rua que habita esse território. Para chegar de fato ao projeto de revitalização, faz uma breve análise do desenvolvimento das cidades industriais e como os fenômenos sociais da pobreza e da população de rua se tornaram de massa com o advento do modo de produção capitalista. Após compreender essas questões, traz a história de Brasília; a capital foi estrategicamente planejada a partir de preceitos das cidades modernistas e buscava não apresentar as mesmas problemáticas das outras cidades brasileiras. Essa visão moderna e de oportunidades que Brasília carregou desde a sua origem contribuiu com um fluxo migratório muito grande nos anos 60, o que não era esperado pelo governo visto que a cidade foi planejada para ter em torno de 500 mil habitantes. Hoje, a capital já conta com uma população de mais de 3 milhões de habitantes e não pode se livrar dos problemas sociais; muito pelo contrário, atualmente é a cidade brasileira com um dos maiores índices de desigualdade social. Após compreender o contexto social e urbano de Brasília, traz uma análise da sua população de rua, com pesquisas realizadas nos anos de 1996 e 2005, que mostram a realidade de famílias que moram nos conhecidos cerradões. Após compreender a realidade dessas famílias, pode-se corroborar com a hipótese que a população de rua do SCS é peculiar quando comparada às outras populações que habitam a região central do Plano Piloto. Por fim, após compreender essas questões, faz uma análise dos projetos de revitalização que vem ganhando força no SCS, dentre iniciativas privadas e governamentais, com destaque ao projeto de lei *VIVA CENTRO!* que tem como objetivo uma intervenção urbana. No entanto, esses processos de revitalização possuem como consequência o fenômeno conhecido como gentrificação, que resulta na expulsão, direta ou indireta, dos antigos moradores das regiões revitalizadas, e no caso do SCS, da população de rua, que devido a mudanças estruturais não são mais bem vindos a estabelecerem seus modos de vida, além de ações diretas de órgãos governamentais de retirada de seus pertences, que vem se tornando cada vez mais comuns após as intervenções urbanas que vem acontecendo no território.

PALAVRAS CHAVES: população de rua, Brasília, revitalização, capital, gentrificação, Setor Comercial Sul

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the processes of urban intervention in the Setor Comercial Sul, in Brasília, and how they affect the reality of the homeless population that inhabits this territory. In order to actually get to the revitalization project, it makes a brief analysis of the development of industrial cities and how the social phenomena of poverty and the homeless population became massive with the advent of the capitalist mode of production. After understanding these questions, it brings the history of Brasília; the capital was strategically planned based on the precepts of modernist cities and sought not to present the same problems as other Brazilian cities. This modern vision and opportunities that Brasilia carried since its origin contributed to a very large migratory flow in the 60's, which was not expected by the government since the city was planned to have around 500 thousand inhabitants. Today, the capital already has a population of more than 3 million inhabitants and cannot get rid of social problems; on the contrary, it is currently the Brazilian city with one of the highest rates of social inequality. After understanding the social and urban context of Brasília, it brings an analysis of its homeless population, with research carried out in 1996 and 2005, which show the reality of families who live in the well-known *cerradões*. After understanding the reality of these families, it is possible to corroborate the hypothesis that the homeless population of the SCS is peculiar when compared to other populations that inhabit the central region of the Plano Piloto. Finally, after understanding these issues, it analyzes the revitalization projects that have been gaining strength in the SCS, among private and governmental initiatives, with emphasis on the VIVA CENTRO! aimed at urban intervention. However, these revitalization processes have as a consequence the phenomenon known as gentrification, which results in the expulsion, directly or indirectly, of former residents of revitalized regions, and in the case of SCS, of the homeless population that, due to structural changes, are no longer welcome to establish their ways of life, in addition to direct actions by government agencies to remove their belongings, which has become increasingly common after the urban interventions that have been taking place in the territory.

KEYWORDS: street population, Brasília, revitalization, capital, gentrification, Setor Comercial Sul

LISTA DE SIGLAS

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CENTRO POP- Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

DF - Distrito Federal

GDF - Governo do Distrito Federal

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

SCS - Setor Comercial Sul

SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do DF

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
CAPÍTULO I	16
As cidades capitalistas e os fenômenos sociais que se desenvolvem nos meios urbanos	
1.1 As cidades capitalistas	16
1.2 Pobreza	20
1.3 O fenômeno da população de rua	24
CAPÍTULO II	29
Brasília, cidade planejada, fenômenos urbanos não planejados	
2.1 Brasília	29
2.2 A população de rua de Brasília	33
2.3 O Setor Comercial Sul	37
CAPÍTULO III	41
Projetos de revitalização urbana: uma análise do projeto Viva Centro! e os desdobramentos para a População de Rua do SCS	
3.1 Revitalização	41
3.2 A revitalização do Setor Comercial Sul	44
3.3 Os desdobramentos para a População de Rua do SCS	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O objeto de pesquisa do trabalho é a população de rua¹ que faz uso do Setor Comercial Sul, área comercial localizada no centro de Brasília, moradia e local de sobrevivência e que, desde meados de 2018, tem sido alvo de crescente interesse econômico. Por estar localizado na área central da cidade, ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, uma estação de metrô, dois shoppings nas redondezas e estar rodeado pelos setores hospitalar e hoteleiro, o Setor Comercial Sul é considerado o espaço em Brasília que mais se aproxima de um centro urbano tradicional: fluxo de circulação mais intenso, comércio variado e presença de pessoas que, por não estarem inseridas no mercado de trabalho e submetidas a níveis de extrema pobreza, encontram nos espaços públicos local de permanência e desenvolvimento de atividades diárias.

A população de rua tem forte presença e influência territorial no Setor Comercial Sul. Quem mora em Brasília tem conhecimento que muitos fazem uso do território, principalmente durante a noite, em que a dinâmica territorial é de um lugar vazio, sem fluxo de pessoas, sem comércios e escritórios abertos. As pessoas que frequentam o espaço utilizam-o para as atividades diárias durante o dia e nele não permanecem para desenvolver atividades opcionais como lazer e socialização durante a noite. Esse abandono do espaço no período noturno gera sensações de insegurança e perigo que não convidam as pessoas a permanecerem no Setor.

Mas, o que faz um local ser perigoso? Em centros urbanos, o que torna um ambiente perigoso é o abandono, ruas desertas e a presença de pessoas que, por causa da sua condição de vida, são consideradas perigosas. A população de rua sempre carregou o estigma de criminosos, de drogados, mendigos e diversas outras nomenclaturas. Mesmo que nem todos cometam delitos ou façam uso de substâncias psicoativas, a sociedade os generaliza em características pré dispostas, ignorando o fato de que, assim como as pessoas que não se encontram inseridas nesse fenômeno possuem suas individualidades, histórias e experiências de vida particulares, as pessoas de rua também carregam consigo sua própria história de vida.

¹ Adota-se a referida nomenclatura ao invés de “população em situação de rua” ou “moradores de rua” por entender que ao se falar população de rua expõe a verdadeira problemática social e não transitória dessas pessoas, que, na grande maioria dos casos, encontram-se para sempre presos a esse fenômeno.

Diante do cenário de abandono e degradação urbana do Setor Comercial Sul, surge o projeto de lei *VIVA CENTRO!*, que tem como objetivos o “fomento de investimentos para a sustentabilidade da região; combate às causas da degradação urbana; readequação da dinâmica urbana e preservação do patrimônio cultural”. A intervenção governamental surge em um momento que o uso do Setor Comercial vem ganhando visibilidade, sendo visto e ressignificado por instituições governamentais e da sociedade civil como um local não só para atividades comerciais durante o dia, mas como um espaço de boa localização e uma arquitetura propícia para a realização de eventos² festivos e investimentos gastronômicos.

Devido a boa localização e a dinâmica de centro urbano, os grupos de poderes que rondam o espaço e a utilidade econômico/urbana que o território vem ganhando, desde o surgimento de eventos e projetos de revitalização, não só modificam a dinâmica territorial e espacial do Setor, como também modificam a forma de socialização das pessoas que já usavam o espaço para desenvolver suas atividades e construir seus modos de vida. Mesmo que sejam excluídos socialmente, ignorados e invisibilizados, eles estão ali, e não só estão presentes fisicamente como fazem parte da essência do Setor, assim como o Setor faz parte da essência deles.

(...)a partir desse processo, transforma tal espaço, ressignifica e cria história sobre ele; sua caminhada escreve, sobre o tecido urbano, a sua identidade que ali vem sendo constituída (DANTAS, 2020, p. 673).

A população de rua do SCS tem forte presença no espaço. Muitas são as razões para que escolham esse espaço como local de sobrevivência como por exemplo, o fato do Setor Comercial ser localizado ao lado do Hospital de Base³. Muitas pessoas de outros estados e do DF fazem uso do hospital diariamente; quando recebem alta hospitalar se deparam com uma quadra comercial voltada para farmácias de um lado, e do outro, o Setor Comercial Sul. Para as que se encontram sem ter onde retornar após a saída do hospital, o setor se torna um ambiente convidativo. Além disso, na quadra 5 do SCS, existe outro serviço de saúde, o Centro de Atenção Psicossocial III - Álcool e Outras Drogas (CAPS AD III -

²O fato de não ter nenhum setor residencial ao redor facilita o uso do espaço para diversos eventos noturnos como carnaval, festas de música eletrônica, dentre outros.

³ O Hospital de Base de Brasília, segundo o IGES DF, “tem a missão de prestar assistência integral e humanizada em serviços de saúde de alta complexidade aliada à produção de conhecimento.” Referência em atendimento para traumas, o Hospital recebe diariamente pessoas de todo o DF, entorno e estados próximos à capital. (Disponível em: <https://igesdf.org.br/unidades/hospital-de-base/>)

CANDANGO⁴). Muitas pessoas de rua fazem uso desse serviço⁵ para se tratarem da dependência química, e permanecem no setor quando não estão em horário de tratamento.

Esses são alguns dos aspectos que fazem com que o Setor Comercial seja, para essa população, um ambiente de acolhimento econômico e de saúde. E por essa razão, por estarem no dia a dia no espaço, se sentem e são pertencentes a ele. Fazem parte do Setor e da dinâmica do capital de permitir que pessoas vivam na situação de pobreza extrema, com um grande abismo entre o que o espaço pode oferecer e o que eles podem ter acesso.

Quando fazemos uso de um espaço, seja para morar, produzir atividades rotineiras como dormir, trabalhar e lazer, nos sentimos pertencentes a esse lugar. Criamos vínculos sociais, estabelecemos diversos tipos de relações, trabalhamos e vivemos histórias.. Ao nos tornarmos pertencentes a um espaço, possuímos o direito de opinar, entender e contestar ações que possam modificar a função do território, pois, conseqüentemente, essas modificações alteram também a dinâmica de vida. É exatamente por essa razão, por esse sentimento de pertencimento, que se dá a importância desse trabalho.

A população de rua, ao utilizar um espaço público para sobreviver, faz parte da constituição territorial. Ao modificarem esse espaço, eles, como cidadãos, possuem o direito de continuarem a reproduzir seus modos de sobrevivência já estabelecidos neste local. Por essa razão, a importância **social** deste trabalho é expor essa questão na qual a população de rua está passando, de estar sendo excluída não só do processo de transformação do espaço, como também expulsa fisicamente do SCS.

O interesse **pessoal** do objeto surgiu na experiência de estágio obrigatório no CAPS AD III - Candango, vivenciada no segundo semestre de 2019, durante os meses de agosto e dezembro, momento em que estes processos estavam em crescente força no território. Por já frequentar o SCS em eventos festivos no período noturno, antes da experiência de estágio, já surgiam questionamentos a respeito de como essa população interagia diante desses eventos e como as pessoas que começaram a frequentar esse espaço se relacionam com essa população. Durante a experiência de estágio, ao acompanhar por dentro do CAPS as dinâmicas espaciais e como afetam a prática dos profissionais, e principalmente, os desdobramentos que essas

⁴ O CAPS AD III - Candango, regulamentado pela portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2001, é um serviço que presta assistência psicossocial a pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo; incluindo transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas.

⁵ É importante ressaltar que o CAPS não é um serviço exclusivo para a população de rua. O CAPS CANDANGO atende atualmente, segundo a Secretária de Saúde do DF, pessoas que residem nas regiões administrativas: Brasília (Asas Sul e Norte, Setor Militar Urbano, Noroeste, Setor de Indústrias Gráficas, Granja do Torto, Vila Planalto), Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Varjão. No entanto, devido ao alto número de pessoas de rua no Setor, acaba atendendo uma parcela considerável dessa população.

ações territoriais tinham no tratamento psicossocial dos pacientes, viu-se a necessidade de pesquisar e compreender esses processos urbanos e sociais.

Como estudante de Serviço Social, a importância **acadêmica** desta pesquisa é pelo fato do Assistente Social ser um profissional regulamentado por um Código de Ética do/a Assistente Social (Lei Nº 8662/99) e, portanto

cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (1983. p.22).

E também, por possuir como alguns dos princípios, deveres e competências:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vista à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais;
- Devolver informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

Portanto, o problema de pesquisa do trabalho se dá na modificação territorial que vem acontecendo no Setor Comercial Sul, transformando o espaço em um ambiente de iniciativas privadas e governamentais e modificando a dinâmica do território. O foco deste trabalho se dá na população de rua desse espaço que, por estarem localizados no espaço em Brasília que mais se aproxima de um centro urbano, estão vivenciando um processo urbano conhecido como gentrificação.

CAPÍTULO I

AS CIDADES CAPITALISTAS E OS FENÔMENOS SOCIAIS QUE SE DESENVOLVEM NOS MEIOS URBANOS

Pobreza, população de rua, revitalização, gentrificação e outros conceitos e teorias que serão abordados no decorrer da monografia acontecem em um espaço em comum: as Cidades. Todos eles se produzem e reproduzem⁶ nesse espaço, onde as pessoas vivem em sociedade em meio a todos esses processos. Não cabe nessa monografia desenvolver uma análise aprofundada sobre as cidades, visto que é necessário trazer uma contextualização histórica sobre as suas origens, desde tempos pré-industriais, o que não tem espaço neste trabalho; pretende-se, em vista disso, trazer apenas pontos que se julgaram necessários para entender a ideia que se pretende passar e defender no trabalho. Parafraseando Lefebvre (2016, p.69), as cidades contêm a projeção das relações que acontecem nela. Portanto, todos os processos humanos que aconteceram quando o modo de produção saiu do campo para um novo espaço, no caso as cidades industriais, moldam todas as relações que acontecem no que passa a ser o meio urbano: políticas, religiosas, culturais, econômicas dentre várias outras.

1.1 AS CIDADES CAPITALISTAS

Dentre várias teorias e estudos sobre o tema, não há uma definição exata sobre o que é a Cidade. Cada pessoa que a vive a enxerga e atribui uma significação de acordo com sua vivência. Para o dono dos meios de produção, possui um valor de troca; para aqueles que fazem uso da rua como local para habitar, tem valor de uso. A Cidade, para cada uma desses extremos, se apresenta com realidades sociais, forças políticas, poder econômico, características culturais, enfim, urbanidades distintas. Para cada um que vive a Cidade ela se apresenta com uma vivência urbana individual e ao mesmo tempo coletiva, ou seja, em sociedade, com significações diferentes. Isso torna definir a Cidade uma tarefa muito complexa, porque além dessas individualidades, a temporalidade com que a vida urbana se

⁶ Isso não quer dizer que nos meios rurais não existam alguns fenômenos citados, como a pobreza. No entanto, eles se dão de forma particular em cada espaço que está inserido, assim como em cada cidade e em cada ponto da cidade, ideia que será desenvolvida melhor mais a frente. A forma de atender e de viver a pobreza nos campos não é a mesma nas cidades: cada ponto geográfico possui sua maneira e particularidade de manifestar os fenômenos sociais.

manifesta é particular a cada momento histórico, a cada interesse que se vê na cidade. Ou seja, as Cidades são parte de movimentos dialéticos e metamorfoses: o que ela era há 50 anos atrás não é o que ela é hoje, assim como não será como é hoje daqui 50 anos. Segundo Milton Santos

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (2014, p. 13)

Portanto, cada localização, ou, cada momento das Cidades representam aquilo que o momento histórico exige delas. Os movimentos sociais que acontecem nos territórios das cidades estão sempre mudando de significação. Como não é possível entender em si o que é uma Cidade, para a explicação dos fenômenos sociais estudados na monografia, é preciso entender, brevemente, como se deu o surgimento das Cidades Industriais.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DAS CIDADES INDUSTRIAIS

Antes do Capitalismo se consolidar como o mais importante da história, outros modos de produção regulavam e organizavam a vida social e econômica. O Modo de Produção Feudalista, que antecede o Capitalismo, era marcado pela relação entre senhores e servos. Os senhores eram donos das terras e os servos tinham direitos a pedaços de terras em troca da realização de alguns serviços, dentre eles, o principal: o trabalho. Apesar das semelhanças, os servos não eram vistos como escravos.

Com o surgimento do processo de industrialização, a organização social e territorial dessas relações sofreram uma alteração drástica. Alguns camponeses, a maioria composta pelos senhores e comerciantes, se apropriaram não só das terras, mas também dos meios de produção, deixando para os camponeses comuns apenas a venda da sua força de trabalho como única alternativa de ganhar dinheiro e sobreviver; mesmo que possuam necessidades biológicas humanas nem todos possuem os meios para atendê-las, tendo que recorrer ao sistema, seja sendo dono dos meios de produção, seja vendendo a sua força de trabalho. Segundo Silva:

O sistema capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção. Deste modo, a produção capitalista só aparece quando as condições para transformar o dinheiro em capital estavam dadas, isto é, quando o possuidor dos meios de produção e subsistência pode encontrar o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho. Livre por dispor como pessoa livre da sua força de trabalho como mercadoria, e livre porque dispunha apenas desta mercadoria para vender, estando inteiramente despojado dos meios necessários à sua concretização. Dessa forma, a libertação da servidão e da coerção corporativa foi um dos movimentos históricos que transformou produtores rurais e camponeses em assalariados. Mas eles só começaram a vender a sua força de trabalho no mercado depois que lhes foram roubados todos os meios de produção e foram privados das garantias e seguranças que as instituições feudais afiançava à sua existência. (2006, p.72)

Essas mudanças no modo de produção e no local que elas ocorrem, ou seja, o processo de industrialização, segundo Lefebvre (2016, p. 11) “é o motor das transformações na sociedade”. Essas transformações acontecem através de uma mudança geográfica: saem do campo, do meio rural, e se reproduzem em um espaço que possui uma organização urbana, planejada ou não: as Cidades. Ainda segundo o autor (2016, p.16) “as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capital”. No entanto, essas concentrações não aconteceram de forma desordenada; é regulado pelo Estado, que através de seu poder político sobre as cidades e as pessoas, utilizam seus meios legais para moldar o território de forma que atenda as demandas da capital. Segundo Siqueira:

(...) a urbanização não se circunscreve à industrialização e não é criada por ela, mas é transformada indelevelmente por este processo e passa a ser alvo de dominação ideológica pelo capitalismo industrial. São, portanto, duas faces de uma mesma moeda: de um lado a produção material, de outro, a reprodução humana e da vida social no meio urbano. Isso não significa que o meio urbano seja o espaço privilegiado da reprodução social. Segundo Castells (1983), ele é, simplesmente, o espaço do consumo e da realização do valor (esfera da circulação). (2017, p. 29)

Esse processo de expansão demográfica para as Cidade, de camponeses sem posses que procuram nas cidades condições de trabalho e subsistência, criam um novo modo de viver: a sociedade urbana. “A vida urbana pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no cotidiano ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na Cidade” (Lefebvre, 2016, p. 24)

As Cidades concentram as produções e reproduções sociais, os conhecimentos humanos, a ciência, arte, cultura, filosofia, enfim, o desenvolvimento humano e por mais que aconteçam de forma espontânea entre as pessoas que coexistem em um espaço em comum, por mais humanas que sejam, são reguladas por uma força maior que serve ao capital e impede que ele seja destruído: o Estado.

(...)é justamente a “relação que se estabeleceu entre o homem, o seu meio natural e os espaços “artificialmente criados” por ele. Esta categoria assume, portanto, uma conotação política, tendo sua existência, repartição, produção e reprodução vinculada às estruturas de poder e às leis internas dos modos e sistema produtivos aos quais esteve historicamente ligados” (SIQUEIRA, 2017, p. 30)

Portanto, apesar de ser um local que atende as demandas do capital através do poder estatal, as Cidades também são palco das relações humanas, que apesar de controladas, não podem ser impedidas de acontecerem, no seu íntimo, por nenhum poder estatal. E as relações humanas são capazes de ditar uma realidade urbana, independente de ter um regulador com objetivos bem claros e específicos. A cidade pode ser moldada para atender essas demandas da capital, mas nelas também acontecem a sociabilidade urbana, que se reproduz de formas espontâneas.

Apesar de entender como se produzem e reproduzem os processos de surgimento das Cidades Industriais, não se pode definir a Cidade pois não é possível definir relações urbanas, visto que são particulares a cada território, possui múltiplas produções e reproduções e também depende de cada interesse no espaço em cada momento histórico. Para Lefebvre:

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade. O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às discontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global. (2016, p. 63)

Portanto, para a construção dessa monografia, entende-se que as Cidades são espaços que representam uma junção de cada momento no tempo. A história de um espaço tem importância e as questões urbanas em um espaço não podem ser analisadas isoladamente, pois fazem parte de um todo. Em alguns momentos, determinados espaços têm importâncias sociais diferentes. Alguns territórios, com o passar dos anos dos processo urbanos de cada

cidade, possuem diferentes funções sociais ou econômicas, sejam eles nos centros das cidades ou nas periferias.

1.2 POBREZA

Não pretende-se aqui definir a pobreza. Ao se trazer uma definição sobre o que é a pobreza, ela seria medida segundo parâmetros específicos para atender ao objetivo que se tem ao defini-la. Segundo Milton Santos, definir a pobreza limitaria à padrões de definição europeus e norte americanos, que são os mais comumente usados pelas grandes organizações sociais mundiais, padrões esses que não se aplicam da mesma forma a cada país:

A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. Segundo Bachelard (1972) é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões - agora e no futuro - serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. (2013, p,18)

Entendendo que a pobreza não possui uma definição específica, e por ser “dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence” (IBID), em cada local que a pobreza for analisada, é necessário levar em consideração as especificidades de cada espaço, grupo e indivíduo. Ou seja, medir e definir a pobreza depende do parâmetro que deseja usar. Segundo Santos (IBID) , “há, na verdade, diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país; por isso, não tem sentido procurar uma definição matemática ou estatística”. Definir o que é pobreza pode limitar o fenômeno a padrões parciais.

Portanto, eis aqui alguns fatos que vão contribuir, inicialmente, com a compreensão do objeto de pesquisa. A pobreza não é um fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista. Segundo Pereira (2008, p. 23):

A pobreza é tão antiga quanto os primeiros tipos históricos de sociedade que, obviamente, antecedem as formações sociais capitalistas. E tão longevas quanto ela,

são as tentativas de controlá-la, antes mesmo de compreendê-la como um fenômeno social concreto, produzido e reproduzido socialmente, e, por isso, passível de interpretação científica. Desde as suas origens até os dias atuais, numerosos têm sido os conceitos e as causas indicados para identificá-la, assim como numerosas têm sido as respostas adotadas, seja para combatê-la ou reduzi-la, seja para conviver com ela. Tudo isso deixa claro a complexidade, durabilidade e multidimensionalidade desse fenômeno, que desafia políticos e cientistas, ao mesmo tempo em que evidencia os dilemas e impasses do processo de ampliação da cidadania.

Outro fato sobre a é que “A pobreza existe em toda a parte, mas a sua definição é relativa a uma determinada sociedade.” (SANTOS, 2013, p. 18). Justamente por cada espaço, seja um país, uma cidade ou cada canto da cidade, possuir suas refrações específicas do fenômeno.

É importante deixar claro esses dois fatos pois, não pretende-se aqui limitar a pobreza a uma explicação específica, mas compreender como um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista. Portanto, cabe aqui, nesse monografia, entendê-la de forma mais amplificada, mas contextualizá-la como se dá e se manifesta exclusivamente no modo de produção capitalista, que é o sistema em que acontecem todos os fenômenos analisados.

A POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Sabe-se que o fenômeno da pobreza é mundial e surgiu juntamente com as primeiras organizações sociais humanas. “Entretanto, no período pré-capitalista, a pobreza se deu num contexto de escassez e de precário desenvolvimento das forças produtivas.” (PEREIRA, 2008, p. 32). Com o advento do Capitalismo e a apropriação dos meios de produção, a pobreza se tornou um fenômeno que atingiu um número cada vez maior de pessoas, visto que as oportunidades de ascensão econômica foram reduzidas e limitadas a grupos sociais específicos, sobrando para outros apenas o mínimo para atender às suas necessidades.

Com efeito, no momento em que uma determinada classe social se apoderou das riquezas e dos meios de produção, e outra não possuía nada mais além da sua força de trabalho, a pobreza até então conhecida por alguns, tornou-se de massa. E mais, os pobres que se multiplicavam não eram considerados vítimas e merecedores de proteção devida, mas, ao contrário, culpados pela sua condição.” (IBID, p.34)

Os trabalhadores, ou seja, os antigos camponeses que não possuíam nenhum meio de produção e só tiveram como opção a venda da sua força de trabalho, se viram não só como meros camponeses trabalhadores, mas como pessoas que, para ter o mínimo para atender às suas necessidades de sobrevivência, tiveram que se submeter a um novo modo de produção muito mais moderno, com indústrias e máquinas modernas, além de uma coerção estatal.

Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi submetida à rígida disciplina do sistema de trabalho por meio de legislação selvagem, cuja implementação contou com os poderes e a estrutura material do Estado. (Silva, 2006, p. 74)

Aqueles que não detém os meios de produção são considerados fontes ativas de riqueza pois a produzem através da transformação de valores de uso em valores de troca; ou seja, dão valor econômico (através do dinheiro) para as suas produções que são úteis para sua própria sobrevivência. Mesmo sendo a força motriz de produção, na maioria das vezes esse trabalhador sai do mercado de trabalho da mesma forma que entrou: desprovido dos meios de produção.

Para Marx (1988b), na produção capitalista, em que o trabalhador encontra-se separado dos meios de produção e aliena sua força de trabalho ao capitalista, por um intervalo de tempo, este entra e sai do processo de produção na mesma condição: “o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito”. Essa condição é continuamente reproduzida, pois da mesma forma que o trabalhador produz constantemente a riqueza, sob a forma de capital, o capitalista produz a força de trabalho, sob a forma de fonte subjetiva de valor, separada dos meios sem os quais não se pode realizar, ou seja, “o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista”(ibidem, p.664-665). Assim sendo, pode-se inferir que, na sociedade capitalista, a pobreza resulta não só da não distribuição equânime da riqueza social, mas também da própria estrutura social.(.) (IBID, p.99)

Portanto, a pobreza não surgiu por causa da industrialização nem do capitalismo; foi reconfigurada para a lógica urbana das cidades, assumindo as determinações de um fenômeno social já existente, porém, agora, em uma sociedade urbana e industrializada que se apropria

dos meios de sobrevivência, deixando a maior parcela da sociedade sem possibilidade de suprir as suas necessidades há não ser se rendendo ao sistema. Além disso, deixa de ser um fenômeno que atinge um número específico de pessoas e passa a fazer parte da realidade social de vários, visto que passa a ser uma condição estrutural do modo de produção, e conseqüentemente, para se manter, sempre terão pessoas inseridas nesse fenômeno, pois assim o sistema se produz e reproduz constantemente.

ALGUMAS CARACTERIZAÇÕES DO FENÔMENO

Para alguns teóricos, a pobreza se caracteriza como a falta de necessidades básicas. Ora, como definir quais são as necessidades básicas, sendo que, como já foi falado, cada cidade possui suas particularidades, suas significações e características definidas a partir de suas próprias relações urbanas, sociais, políticas, culturais, econômicas, etc? A Cidade possui suas particularidades determinadas pelas localidades, ou seja, as formas de atender as ditas “necessidades básicas” de cada população em cada espaço não é determinada de forma universal, e sim satisfeitas pelas necessidades sociais de acordo com as características culturais de cada local. Todos nós precisamos nos alimentar, dormir, fazer as necessidades biológicas, mas a forma que cada um atende e satisfaz essas demandas é influenciado pela cultura na qual estamos inseridos.

A fim de que uma teoria da pobreza sirva como paradigma aos estudos urbanos, ao planejamento econômico e regional, e, acima de tudo, ao planejamento do emprego, ela deve definir a relação entre a economia da pobreza e a econômica moderna, assim como a relação entre a população pobre e a economia pobre. Para isso, devem ser considerados dados gerais do fenômeno, seus modelos operacionais e suas inter-relações com dados culturais, sociais, econômicos e institucionais em escala mundial, nacional e local.” (SANTOS, 2013, p. 44)

De acordo com a professora Potyara A. P. Pereira, alguns autores identificam essas dimensões biológicas como “necessidades naturais, vitais ou de sobrevivência” (2000, p.58). No entanto, compará-las com naturais traz uma noção de que nada se diferenciam de necessidades animais. Além de um animal com necessidades naturais, o homem também é um animal político (2000, p.59) e dotado de sociabilidade, vivendo em sociedade no Modo de

Produção Capitalista⁷, cria maneiras específicas e particulares, de acordo com o meio social que vive, de atender essas necessidades. Por essa razão entende-se que a pobreza é um fenômeno multidimensional.

A falta de consenso teórico sobre a pobreza, para Pereira, dificulta a criação de políticas públicas realmente efetivas para combatê-la:

Em outras palavras, não há um conceito e uma ação únicos e corretos, mas uma variedade de tentativas de aproximação ao tema e ao problema, que são constantemente revistas e reinterpretadas. Tais dissensos podem produzir divergências metodológicas que, por sua vez, influenciam o tipo e o conteúdo de políticas sociais criadas para o seu equacionamento. (2008, p. 23)

Entende-se que a falta de recursos para atender as necessidades básicas de acordo com as necessidades biológicas em conjunto com o contexto político, econômico e cultural e a não distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida são **algumas das características da pobreza**.

(...)a situação de pobreza pode ser originada ou pela escassez de recursos, ou pela má distribuição dos recursos existentes. Estes recursos não se limitam apenas à renda, mas englobam, igualmente, a oferta de bens e serviços públicos como saúde, educação, habitação, previdência, saneamento, alimentação, entre outros. (PEREIRA, 2006, p.241)

1.3 O FENÔMENO DA POPULAÇÃO DE RUA

Assim como a pobreza não tem um consenso teórico sobre sua definição, o fenômeno da população da rua também não, devido às múltiplas determinações que levam as pessoas a se encontrarem inseridas nesse fenômeno. Viver nas ruas não se explica ou se limita a características específicas, como por exemplo a ausência de moradia. No entanto, apesar de cada indivíduo possuir sua individualidade e história, estar inserido nesse fenômeno é uma condição social e econômica do Capitalismo, que muitas vezes não fornece os mínimos sociais para as pessoas sobreviverem, restando apenas a existência na rua como última alternativa.

⁷ Segundo Potyara Pereira, “o curioso é que tais necessidades sempre estiveram garantidas nas sociedades primitivas, pré-capitalistas; mas, no capitalismo - fase avançada do desenvolvimento científico e tecnológico - elas nunca foram resolvidas.” (2000, p.58)

Para não naturalizar esse fenômeno e não culpabilizar os indivíduos por estarem inseridos nele é preciso entender o contexto sócio-histórico que determinam que esse fenômeno seja inerente ao modo de produção capitalista.

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO FENÔMENO

O fenômeno da população de rua não é atual. “Sua história remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa” (Silva, 2006, p. 71). O período pré-industrial e a revolução industrial resultaram na migração do campo para as cidades. Essa modificação no espaço alterou drasticamente o modo de vida da sociedade. Como já abordado anteriormente, a apropriação dos meios de produção divide a sociedade entre aqueles que os detêm e aqueles que vendem a sua força de trabalho. O processo de industrialização das cidades e o êxodo rural não absorveu as pessoas para o mercado de trabalho na mesma proporção que os desapropriaram.

Apesar da intensa industrialização que vinha absorvendo grande parte dos trabalhadores desempregados, essa absorção não ocorria na mesma velocidade das expropriações e o número de vagas emergentes era limitado. Consequentemente, os ex-arrendatários passaram a perambular pelas ruas, vagando entre as aldeias, mendigando e roubando para se alimentar (PEREIRA, 2006, p. 40)

Essas pessoas que não foram absorvidas pelo mercado de trabalho e que não tiveram como alternativa nem a venda da sua força de trabalho, ficaram à margem do sistema, e comporam o que Marx chamou de Exército Industrial de Reserva. Basicamente, se caracteriza por aqueles que, apesar de estarem aptos ao trabalho, não são absorvidos pelo mercado, são as sobras do sistema, que vez ou outra os absorve em condições precárias.

Percebe-se, parafraseando Marx, que criar postos e condições de trabalho e obrigar o proletário a vender o único bem que possui - sua força de trabalho - não é o suficiente para manter a lógica do capital. É necessário que esses trabalhadores aceitem essa lógica como natural e evidente e a ela se submetam, sem resistência. Ao criar um exército industrial de reserva, ou seja, uma superpopulação apta, à espera de trabalho, o capitalismo mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e garante a reprodução da sua lógica (IBID, p. 41)

Diante desse cenário que uma parcela da sociedade se encontrava sem ser absorvida pelo mercado, sem deter meios de produção para reproduzir sua própria sobrevivência, sem um local fixo para morar, surge o fenômeno da população de rua que “passou a compor o cenário da vida urbana, em várias parte do mundo” (SILVA, 2006, p. 71)

Ou seja, o fenômeno da população de rua possui condições histórico-estruturais e sua produção e reprodução é mantida pela necessidade que o sistema capitalista cria para que pessoas nessas condições existam. Entender a origem desse fenômeno contribui para a compreensão que é inerente ao capitalismo, interessado que pessoas fiquem à margem do sistema. Por entender a necessidade para o sistema capitalista, a terminologia “população de rua” foi adotada no trabalho pois “não há estudos que comprovem a reversibilidade dessa situação, melhor dizendo, não há como medir as chances reais de uma pessoa sair da rua”. (PEREIRA, 2008, p. 31).

Mas, mesmo não sendo um fenômeno exclusivo das cidades, a população de rua é praticamente concentrada nos grandes centros urbanos, isso porque os grandes centros urbanos são atrativos para essas pessoas pois, segundo Silva:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a circulação do capital ocorre com maior intensidade nos grandes centros urbanos. Com isso, as alternativas de trabalho para garantir a subsistência diária são favorecidas, ainda que sejam alternativas precárias, como as acessíveis às pessoas que fazem da rua espaço de moradia e sustento. Além disso, nos grandes centros urbanos, as possibilidades de geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações ou outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas.” (SILVA, 2006, p. 90)

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Devido ao seu caráter multidimensional, o fenômeno da população de rua possui muitas caracterizações. Cada indivíduo possui sua história pessoal e determinantes sociais que contribuem para que não encontre outra alternativa de sobrevivência a não ser o uso de espaços públicos para estabelecerem seus modos de vida. Portanto, não existe um consenso quanto a sua definição.

No entanto, ao se afirmar isso, é preciso tomar cuidado para não naturalizar e contribuir com a visão social de que as pessoas estão inseridas nesse fenômeno apenas por razões pessoais, ou seja, culpabilizando-as por falhas individuais. Apesar de cada indivíduo possuir a sua particularidade e sua história, estar inserido nesse fenômeno é uma condição social e econômica do sistema capitalista, seja porque não as incluem no mercado de trabalho ou por causa dos inúmeros determinantes sociais que levam essas pessoas a não encontrem oportunidades efetivas de se estabelecerem na vida, como uma boa educação, políticas públicas que atendam as demandas sociais efetivamente, o racismo que é muito forte na

sociedade brasileira, dentre outros. Além de assumir múltiplas determinações, o fenômeno da população de rua também assume especificidades de acordo com o território que a população está.

Antes de trazer algumas características que se julgaram pertinentes para a monografia, é importante entender que essas múltiplas determinações vão desde fatores estruturais a biográficos.

Fala-se em fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc), fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimento dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais - mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) (SILVA, 2006, p.82)

Na maioria das vezes, as pessoas que se encontram nas ruas possuem um conjunto desses fatores. Por isso, a população de rua é considerada heterogênea. Até as próprias circunstâncias, ou seja, os determinantes são variados. Segundo Pereira:

As próprias circunstâncias que levam as pessoas para rua são variadas. Englobam desde brigas familiares, abandono, doenças, transtornos mentais, drogadição, até a distância do local de trabalho, perda de emprego, calamidades naturais, tragédias pessoais. Há diferenças também na forma como sobrevivem, seja pedindo esmolas ou trabalhando precariamente como catadores de lixo, flanelinhas, vendedores de balas e bebidas. Conclui-se que o único ponto em comum, que os situa dentro de uma mesmo grupo social, é a situação limite de pobreza a que estão submetidos, isto é, o fato de fazerem da rua local de sobrevivência e estarem expostos aos mesmos perigos e condições subumanas de vida. (2008, p.70)

No caso da monografia, as populações de rua analisadas possuem em comum o fato de estarem localizadas em áreas urbanas. Como já dito anteriormente, esses indivíduos procuram nos grandes centros urbanos oportunidades alternativas de sobrevivência devido ao grande número de possibilidades que esses espaços proporcionam, desde achar lugares isolados para se esconderem e se estabelecerem, como também em locais movimentados, ou até mesmo escolher espaços na cidade em que pessoas com melhores poderes aquisitivos frequentam e para oferecerem serviços como vigia de carros, engraxadores ou praticar a mendicância.

Muitos também são estigmatizados como criminosos ou necessariamente dependentes químicos. Nem todos que estão nas ruas fazem uso de substâncias psicoativas (principalmente aqueles que se encontram em família); porém, a dependência química é uma característica muito marcante nessa população, que muitas vezes encontra nas drogas uma alternativa de diminuir os impactos que a realidade social e violenta das ruas proporciona.

Alguns também possuem ou desenvolvem transtornos mentais, como depressão e baixa autoestima, o que dificulta no processo de ressocialização. Carregar esses estigmas de usuários de substâncias químicas, ou como são chamados, de “drogados” e criminosos contribuem também para a naturalização da criminalização da pobreza, e com isso, uma justificativa para ações repressivas e violentas contra essas pessoas.

Outra característica que é importante para a composição da monografia é o fato de construírem uma relação com o território no qual escolhem desenvolver seus modos de vida.

Segundo Silva:

São particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. (2006, p.94)

Ou seja, pode-se concluir que a população de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo, devido a suas várias formas de manifestações, determinantes, relações territoriais e atividades que desenvolvem.

CAPÍTULO II

BRASÍLIA, CIDADE PLANEJADA, FENÔMENOS URBANOS NÃO PLANEJADOS

Após compreender que os processos urbanos e sociais, mesmo compondo a estrutura do modo de produção capitalista, possuem especificidades de acordo com os territórios que se reproduzem, torna-se necessário fazer uma análise da cidade em qual o fenômeno analisado se reproduz: Brasília. Assim como possuem características de país para país e de cidade para cidade, cada ponto da cidade também produz suas próprias relações sociais.

Brasília, apesar de ser uma cidade planejada, seus idealizadores não contavam que os problemas urbanos e sociais que faziam parte da realidade de outras cidades brasileiras também iriam compor a realidade da nova capital. É possível planejar uma cidade, sua arquitetura, suas rodovias, seus monumentos, suas quadras residenciais e comerciais, no entanto, as relações sociais que as pessoas desenvolvem entre elas, coexistindo em um mesmo espaço, não podem ser planejadas. Por essa e outras razões, a nova capital não deixou de apresentar os problemas urbanos que as outras cidades possuíam, como por exemplo a pobreza urbana e as populações de rua.

2.1 BRASÍLIA

Sendo reconhecida mundialmente pelo seu projeto arquitetônico, Brasília carrega na sua essência o desejo e sonho de ser cidade moderna, símbolo de oportunidades, onde aqueles que moram na cidade possuem boas condições de vida. No entanto, a realidade não é essa que o sonho carrega. Esse sonho fez com que Brasília fosse foco de muitas migrações nos anos 60; famílias de vários Estados vinham para a capital com esperança de possuírem condições melhores de vida, no entanto, o que encontram aqui é uma cidade que possui uma das maiores estratificações sociais do Brasil. Mas, o que fez com que uma cidade cuidadosamente planejada se tornasse tão desigual? É preciso, antes de mais nada, conhecer sua história, para poder enfim compreender a realidade social da capital hoje.

A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

Brasília nasceu oficialmente no dia 21 de abril de 1960; no entanto, a ideia de transferir a capital do Brasil do litoral do Rio de Janeiro para o Planalto Central, mais

especificamente, para o meio do cerrado do Estado do Goiás, já existia desde a época do Brasil Colônia, inicialmente buscando evitar ataques marítimos. De acordo com a história que consta no site do Governo do Distrito Federal (GDF), em 1891 a capital começou a ser visibilizada, com a determinação de sua área incluída na primeira Constituição da República Brasileira. A realização do mundialmente conhecido projeto urbanístico do “Plano Piloto de Brasília”, do arquiteto e urbanista Lucio Costa (escolhido por trazer a inovação modernista que se buscava para a nova capital) só começou, de fato, em 1956, com o arquiteto Oscar Niemeyer escolhido pelo presidente Juscelino Kubitschek como “responsável pela construção dos monumentos” (GDF).

Planejada a partir dos conceitos de cidades modernistas⁸ para ser uma cidade eficiente e ordenada, sem estratificações sociais, onde cada demanda e função teria o seu lugar específico, sem diferenciação de classes, Brasília seria o símbolo do modernismo racionalista, que não contaria com os problemas das outras cidades brasileiras e seria construída para funcionar a partir de uma proposta de maquinização da cidade, ou seja, feita para ser eficiente para o capital.

Cada ponto da cidade, rodovias, áreas residenciais e comerciais, esplanadas e setores foram planejados para exercer funções específicas, cada espaço dividido para uma função⁹. Devido ao seu projeto arquitetônico inovador, Brasília recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO¹⁰ no ano de 1987.

⁸ “As quatro funções básicas que constituem a chave do urbanismo moderno (habitar, trabalhar, recrear-se e circular) são especializadas e relacionadas conforme estipulado pelo urbanismo racionalista, que pela reificação, procura transformar a cidade numa relação entre atividades apreendidas como coisas, ao invés de conhecê-las como suporte e formas particulares de manifestações de relações sociais determinados pelas contradições e conflitos. (KATUTA, LONGO e LIMA, p. 99)

⁹ Segundo o site do Iphan, “o Plano Piloto foi dividido em quatro escalas - monumental, residencial, gregária e bucólica -, cortado por dois eixos que se cruzam.” Para fins da monografia, cabe trazer a escala gregária, que “Localizada no cruzamento dos dois eixos, confunde-se com o centro da cidade, onde se situam os setores bancário, hoteleiro, comercial e de diversões.”

¹⁰ Segundo site do Palácio do Planalto, Brasília é Marco da arquitetura e urbanismo modernos, é detentora da maior área tombada do mundo – 112,25 km² – e foi inscrita pela UNESCO na lista de bens do Patrimônio Mundial em 7 de dezembro de 1987, sendo o único bem contemporâneo a merecer essa distinção. O Patrimônio cultural de Brasília é composto por monumentos, edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico, e a compreensão da sua preservação reafirma a necessidade de se executar políticas públicas capazes de assegurar a proteção desse patrimônio. O urbanista Lúcio Costa, autor do projeto do Plano Piloto, explicou de maneira muito simples a criação dos elementos centrais da cidade: “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (<http://www4.planalto.gov.br/restauracao/brasil-patrimonio-cultural-da-humanidade>) acesso em: 31/03/2022

A REALIDADE DA CAPITAL

Apesar de ter sido planejada para ser uma cidade sem estratificações sociais e que objetivava não apresentar os mesmos problemas das outras cidades brasileiras, Brasília hoje carrega o peso de ser uma das capitais com maior discrepância social entre seus moradores (de acordo com o último dado de 2018, o Índice de Gini do DF chegou a 0,569 em comparação a média de 0,545 de todo o Brasil)¹¹. Para responder o porquê de uma cidade tão cuidadosamente planejada apresentar hoje um dos maiores índices de desigualdade social, é preciso, primeiramente, entender o que foi o urbanismo modernista, pilar do projeto arquitetônico de Lúcio Costa.

Segundo Holston, o Plano Piloto foi planejado enquanto cidade modernista, inspirada em propostas de não se levar em conta a riqueza social para distribuir os recursos urbanos e a

distribuição igualitária dos “equipamentos” urbanos que faria como que a cidade modernista alcançasse seus fins últimos que era uma cidade sem estratificação social e espacial segundo diferentes classes de renda (KATUTA, LONGO e LIMA, p. 98).

Essa divisão territorial de Brasília, inspirada no urbanismo modernista, possuía quatro funções básicas, segundo os autores, (habitar, trabalhar, recrear-se e circular). Essa divisão projetou os espaços e setores do Plano Piloto a atender essas quatro funções, ou seja, cada área era específica para atender alguma utilidade das quatro. Essa racionalização da cidade também pretendia racionalizar as relações sociais humanas, para que as pessoas trabalhassem para as máquinas, ou seja, para atender as demandas do capital da forma mais eficaz possível. No entanto, esse planejamento racional atingiu um resultado oposto ao objetivo: gerou uma das cidades com um dos maiores índices de estratificação social do país.

Nenhum espaço está isento dos processos sociais e os problemas urbanos decorrentes do modo de produção capitalista e que acontecem de forma espontânea nos territórios, que são locais de possibilidades e relações que não podem ser moldadas por ações planejadas, e sim por sociabilidades que se reproduzem de forma espontânea no interior dos espaços, no seu íntimo. Ou seja, os planejadores de Brasília aspiraram construir uma cidade do zero, no meio do cerrado brasileiro, esperando que essa nova capital não apresentasse os problemas

¹¹ FONTE: Metrôpoles; “Mesmo com queda, DF registra desigualdade maior que média no país” Acessado em 10/09/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/economia-df/mesmo-com-queda-df-registra-desigualdade-maior-que-media-do-pais>

sociais que assolavam as outras cidades brasileiras. Por essa razão, segundo Bursztyn e Araújo (1997, p. 17), Brasília já foi construída para ser a capital da esperança, berço de um Brasil moderno e próspero. No entanto:

Os chamados fatores humanos e as mais variadas práticas sociais conseguiram opor-se ao exercício absoluto de um poder e de uma vontade. É sempre impossível diz COSTA (1977: 61) “conduzir e realizar um grande plano como ele foi inicialmente pensado. A vida é sempre mais forte: ela muda e modifica todos os projetos que fazemos.” A vida a qual se refere Costa outra coisa não é do que o constante reproduzir-se da estrutura social existente. (KATUTA, LONGO e LIMA; p. 100)

Além de não conseguirem controlar as relações urbanas e impedir que os fenômenos sociais urbanos eclodissem na capital, essa visão atrativa que Brasília carregou desde a sua origem foi responsável por um grande fluxo migratório de pessoas, principalmente do nordeste brasileiro. A capital, projetada para 500 mil habitantes¹², não sustentou receber o contingente populacional de famílias e trabalhadores que vinham em busca de melhores condições de vida, trabalho e sobrevivência. Cidades não planejadas e invasões (que são conhecidas como Cidades Satélites) foram surgindo, e, como consequência, as questões urbanas e as expressões da questão social¹³ foram se atenuando na capital, planejada para não haver desigualdades sociais.

E foi, aos poucos, tornando-se uma síntese do país, reproduzindo mazelas e contradições do mau desenvolvimento nacional e comprovando que as utopias não se constroem a partir apenas de estruturas físicas e desenhos reais. (Bursztyn; Araújo, 1997, p.15)

O sonho de Lúcio Costa de Brasília ser uma cidade modernista, sem exclusão social, não foi realizado na prática, ficou apenas no papel. É impossível, no sistema no qual vivemos, criar uma cidade igualitária, visto que as relações sociais são hierarquizadas e não dão oportunidade para que determinados grupos sociais ocupem os mesmos espaços que grupos superiores. Ou seja, Brasília foi planejada, mas não deixou de ser uma cidade que contém as problemáticas urbanas das outras cidades brasileiras.

¹² Segundo dados do IBGE, no ano de 2021 Brasília contava com uma população estimada de mais de 3 milhões de habitantes. (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasilgia.html>)

¹³ Segundo Silva, a partir de conceitos de Zé Paulo Netto e Marilda Iamamoto “a questão social é expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho, expressa também rebeldia, não se sendo um resultado natural da sociedade humana, mas uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. É, pois, inerente ao capitalismo.” (2006, p.21)

Um dos fenômenos urbanos que passaram a compor a realidade social de Brasília, que foi acentuado pelo grande processo migratório, é o fenômeno da população de rua, que será analisado a seguir.

2.2 A POPULAÇÃO DE RUA DE BRASÍLIA

Após entender sobre o contexto sócio-histórico da capital do país é possível fazer uma contextualização dos fenômenos urbanos que também se reproduziram com a nova cidade. Como já exposto, Brasília foi construída para ser uma cidade que serve a máquina, um símbolo do modernismo; mas, mesmo que a proposta tenha essa intenção modernista, os problemas urbanos e sociais são os mesmo que acontecem nas demais cidades, que, no final das contas, são problemas oriundos do próprio modo de produção.

Antes de entender sobre a população de rua do SCS em si, é preciso fazer uma contextualização de como esse fenômeno se reproduz em Brasília. Para fins da pesquisa, foram analisados o perfil da população que faz uso dos espaços públicos situados no centro da cidade, ou seja, no Plano Piloto. O local que uma pessoa escolhe para habitar e sobreviver dita qual a dinâmica urbana essa pessoa vai vivenciar. Se é um local que ao redor frequentam pessoas com um bom poder aquisitivo, como no caso do Plano Piloto, as doações serão mais generosas; até o lixo de Brasília é considerado melhor que o das cidades satélites e de outros estados brasileiros. Ou seja, entende-se que o fenômeno assume múltiplas características e determinações de acordo com a especificidade do território em que as pessoas escolhem para estabelecer seus modos de vida.

Por essas e outras razões que a população de rua do SCS é tão peculiar: está localizada na área central de Brasília, é caracterizado como um local de grande movimento no dia a dia e que conseqüentemente os deixam mais expostos a violência da sociedade e de forças repressoras, diferente daqueles que, conforme os estudos realizados, preferem se manter escondidos, longe do campo de visão da sociedade, estabelecendo modos de vida diferentes daqueles que escolhem locais mais movimentados para sobreviver.

Estudar sobre a população de rua não é uma tarefa fácil devido à falta de dados concretos, justamente pelas múltiplas determinações que são consideradas ou não para determinar se uma pessoa se encontra inserida no fenômeno. Assim como a pobreza, escolher ou quantificar sobre a população de rua depende também do intuito para qual a pessoa está fazendo essa quantificação. Portanto, os estudos escolhidos para falar sobre a população de rua de Brasília foram a tese de doutorado da orientadora dessa monografia, Professora Camila

Pereira Potyara e o livro da Utopia à Exclusão, dos autores Marcel Bursztyrn e Carlos Henrique Araújo, pois essas pesquisas, realizadas em 2005 e no ano de 1996, respectivamente, trazem de forma qualitativa uma análise do fenômeno na capital.

BRASÍLIA: FOCO DE MIGRAÇÕES NO ANOS 60

Brasília já foi construída sob a “aura de um sonho” (BURSZTYN,1997,p.17). Durante a construção da capital, a migração para o planalto central foi muito incentivada, pois eram necessários trabalhadores para a construção da capital, conhecidos como candangos, que vieram de outros estados (do Nordeste e de Minas Gerais, principalmente) com promessas de habitação e trabalho. A questão é que esse fluxo migratório continuou após a finalização da capital, fazendo com que Brasília fosse atrelada como capital da esperança e novas oportunidades, uma vida nova em uma cidade moderna.

Brasília passou a ser símbolo de oportunidades, representou para os trabalhadores e suas famílias, vindo de diversas partes do país, a chance efetiva de melhoria das suas condições gerais de vida. (IBID, p.20)

No entanto, a Capital não foi planejada para receber um contingente populacional tão grande, visto que foi construída para ter em torno de 500 mil habitantes. O que os governantes não esperavam é que esses trabalhadores continuariam na capital após a sua construção que eles fizeram, e ainda mais, que um contingente tão grande de pessoas e famílias viriam para Brasília “atraídos pela modernização que fez a nova capital” (IBID, p.10 da utopia). A cidade foi planejada para ter serviços públicos, que fossem voltados para profissionais de áreas específicas.

Quando Brasília ficou pronta e com serviços em quantidade suficiente, a imigração foi desestimulada com o corte das regalias iniciais. No entanto, os migrantes de diversas partes do país, principalmente do Nordeste, continuavam vindo em grande parte para a Capital e, não encontrando benefícios que vieram buscar, somavam-se aos miseráveis que aqui habitavam. (PEREIRA, 2008, p.66)

Para esses miseráveis, algumas soluções foram criadas, como no caso da construção das Cidades Satélites, que basicamente foi a expulsão desses trabalhadores que não eram bem quistos para morar no centro da capital, expulsando-os para a periferia de Brasília; houve também a expulsão para cidades fora do território da capital, ou seja, no conhecido Entorno

do DF¹⁴. No entanto, para essas pessoas, Brasília ofereceu opções informais ou oportunidades mais precárias de emprego, reservando para aqueles que eram os funcionários públicos, para aqueles que a cidade realmente foi construída, pensada e planejada, com os melhores cargos.

AS POPULAÇÕES DE RUA DO CENTRO DE BRASÍLIA

Mas também houveram aqueles que não encontraram oportunidades mínimas de ter boas condições de vida na capital. Essas pessoas se tornaram andarilhos, nômades e além deles, há grupos familiares que procuram cantos escondidos nos meios das matas fechadas que são espalhadas por Brasília, se escondendo visualmente dos moradores da cidade e de órgãos fiscalizadores, desenvolvendo modos de vida e sobrevivência. Uma das particularidades da população de rua de Brasília é viverem mais afastados, escondidos e isolados do resto do convívio social. Geralmente, os grupos que se mantêm nesses parques ecológicos ou em esplanadas de mata fechada, popularmente conhecidos como Cerradões.

(...)ao contrário do que ocorre em São Paulo e em outras capitais brasileiras, a população de rua de Brasília precisa permanecer escondida para não ser expulsa em direção às cidades satélites da Capital e ao entorno do Distrito Federal ou, no caso de migrantes, às suas cidades de origem. Das 1810 pessoas que sobrevivem nas ruas do Plano Piloto, em 2004, estimadas pela Administração de Brasília, todas moravam em invasões localizadas no interior de parques ecológicos circundados pelo cerrado ou em terrenos nas margens do Lago Paranoá, ocultos pelo mato ou edifícios abandonados. Sem contar os que se escondem dentro de buracos, como já relatado, ou perambulam em busca de um local seguro para dormir. (PEREIRA, 2008, p. 86)

Esses grupos preferem se manter escondidos e muitas das vezes estão em família, desenvolvendo comunidades e atividades entre eles.

Apesar do projeto arquitetônico de Brasília ter concebido uma Capital livre de desigualdades e segregações sociais, esta Capital é hoje habitada por populações pobres que, para viverem em seu seio, especialmente no Plano Piloto, fazem de tudo para se tornarem invisíveis. Escondem-se no cerrado, em buracos sob viadutos (ou ao lado de passarelas), ou perambulam de um lugar ao outro, com a intenção de disfarçar a sua condição de ocupantes ilegais e indesejáveis de espaços públicos nobres. Quando são descoberto pelos agentes governamentais incumbidos de manter a integridade do uso do solo urbano e de zelar pela limpeza da cidade, os maus-tratos e a repressão constituem muitas vezes a “política” que lhes é destinada. (IBID, p.15)

¹⁴ Cidades que pertencem ao território do Goiás, como a Cidade Ocidental, Valparaíso, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, etc, mas que possuem grande parte da sua população trabalhando em Brasília.

No entanto, há também aqueles que, por possuírem os laços familiares rompidos ou fragilizados e, em grande parte dos casos, serem dependentes de substâncias psicoativas, perambulam pelo centro da capital, desenvolvendo atividades que os grandes centros urbanos proporcionam, como trabalhos informais, catadores de materiais recicláveis, engraxadores, flanelinhas, dentre outras atividades.

Dessa forma, a população de rua, de Brasília, vive um dilema particular: ao mesmo tempo em que, ao ficar exposta, ela pode ser alvo de violência e de repressão, é justamente esta exposição que poderia lhe permitir obter maiores benefícios por parte das pessoas mais abastadas, que se sensibilizariam pela sua condição de penúria. É necessário, assim, fazer uma opção entre os riscos e benefícios da exposição ou a garantia, mesmo que passageira, de um local para se fixar e sobreviver. (IBID, p.86)

Segundo as pesquisas, essas pessoas já vêm para Brasília sabendo que talvez não encontrarão emprego e acabam tendo que recorrer aos restos precários que a cidade moderna tem a oferecer. Nos respectivos anos das pesquisas, os Ministérios despejavam muitos papéis, e muitos moradores dos Cerradões realizavam a reciclagem desses materiais dos lixos. Além disso, o lixo em si das quadras comerciais e residenciais de Brasília também são considerados melhores devido ao poder aquisitivo dos moradores do Plano Piloto. Ou seja, viver nas ruas de Brasília se mostrou melhor do que viver nas ruas de suas cidades natais.

Até recentemente, os migrantes buscavam não apenas a chance, mas o consequente emprego e renda que os novos centros de desenvolvimento naturalmente ofereciam. Agora, em Brasília, nossos migrantes já não vêm em busca de emprego e renda que eles sabem que não vão conseguir. Vêm em busca do lixo da modernidade. (Bursztyn; Araujo, 1997, p.11)

Essas pessoas preferem se manter escondidas, e procuram “(...) instalar seus barracos longe das vistas dos transeuntes e, principalmente, do Governo. Por isso, é comum serem desconhecidos pela maior parte dos habitantes da Capital. “ (PEREIRA, 2008 , p.72)

Portanto, essas foram algumas particularidades notadas durante a elaboração da pesquisa. É importante lembrar que essas pesquisas foram feitas há alguns anos atrás, mas demonstram que, até os anos 2000, Brasília ainda era muito procurada por migrantes, mesmo sabendo que não teriam condições ideais de vida. O sistema é tão perturbador que as pessoas optam se mudarem de suas cidades natais mesmo sabendo que vão viver em uma situação insalubre, ou seja, as pessoas optam entre uma miséria ou outra.

Conclui-se que, os locais que os indivíduos escolhem para sobreviver são variados: depende se estão sozinhas ou em família, se fazem uso ou não de substâncias psicoativas, se tem possibilidade de desenvolver algum tipo meios de subsistência, dentre outras características.

2.3 O SETOR COMERCIAL SUL

A população de rua que compõem o objeto de pesquisa desta monografia, diferente das analisadas pelos pesquisadores anteriormente, escolhem para estabelecer sua sobrevivência o local em Brasília que mais se aproxima de um centro urbano: o Setor Comercial Sul. É necessário, para compreender sobre a população de rua do SCS e sua relação com o território, entender que o local que uma pessoa escolhe para sobreviver dita como será sua sociabilidade a partir da “multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade” (RAFFSTIN, 1993, p.158).

Ou seja, um dos fatores que mais tem influência na vivência da população de rua, no seu dia a dia, é o território no qual estão inseridos, o que mais traz “qualidade de vida” para essas pessoas; escolhem morar onde vai ser mais conveniente para estabelecer seus modos de vida. O espaço público em que uma pessoa de rua escolhe para sobreviver é crucial para moldar sua relação com a rua, com a comunidade na qual convive, além dos processos urbanos que vão vivenciar.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo, gera, de imediato, a delimitação. (IBID, p. 153)

Por isso, antes de trazer sobre a população de rua do SCS, especificamente, é necessário entender o que é o Setor Comercial Sul, sua história e sua contextualização em Brasília, que o torna tão peculiar e foco de intervenções urbanas.

O QUE É O SETOR COMERCIAL SUL?

No Plano Piloto de Lúcio Costa houve a divisão do centro de Brasília em setores, cada um planejado e construído para exercer uma função específica; temos, por exemplo, o setor hospitalar, bancário, de diversões, hoteleiro, etc, cada um no lado sul e norte, e no caso, o foco da monografia, o Setor Comercial Sul.

Localizado na área central de Brasília, tendo ao redor o setor hospitalar e hoteleiro sul, há menos de 3km de distância entre a Rodoviária do Plano Piloto e possuindo um estação de metrô, a Galeria e o Setor de Diversões Sul (Conic). Possui um total de 110 edifícios com becos e galerias entres eles. O Setor Comercial Sul, por fazer parte da escala gregária de Brasília “ é talvez a parte do centro da cidade que mais se parece com a urbanidade das cidades tradicionais pela variedade de atividades que nela se localizam, e pelas muitas e diversas pessoas que vêm diariamente ao lugar” (ARAÚJO, 2014, p.9); É composto em sua arquitetura de prédios e galerias que contribui para esse grande movimento e fluxo, além de becos entre esses espaços. São no total 6 quadras ligadas entre um grande corredor. De acordo com reportagem do site de notícias “Agência Brasília”, transitam diariamente 150 mil pessoas pelo Setor. No entanto, no período noturno, são poucas as atividades em execução no território.

Apesar de levar o nome de comercial, o SCS não possui apenas atividades voltadas ao comércio, mas também diversos tipos de serviços como escritórios de advogados, contadores, bancários entre outros; além de alguns serviços governamentais como a CODHAB e o CAPS AD III. Outros serviços relevantes como o SESC Presidente Dutra, um prédio dedicado à prática profissional de alunos universitários do Ceub e alguns serviços culturais como o Museu dos Correios e a Casa de Cultura da América Latina da Universidade de Brasília. Há também muitos restaurantes e lanchonetes, copiadoras e muitos trabalhadores ambulantes espalhados pelas galerias¹⁵. E todas as sextas-feiras, no final da tarde e início da noite acontece uma tradicional roda de samba em um bar.

Cabe destacar a importância do CAPS AD III no SCS, devido a sua atuação na atenção com a população de rua. Localizado na quadra 5, o CAPS presta um serviço de saúde

¹⁵ Recentemente, a Administração do Plano Piloto vem fazendo um trabalho de regularização desses trabalhadores que há muitos anos ocupam os corredores do SCS com a venda de produtos. Atualmente, 90 ambulantes foram regularizados e podem trabalhar mais seguros.

dentro do SCS que atende pessoas da área central de Brasília ¹⁶, faz parte das RAPS¹⁷ e segue as diretrizes e princípios do SUS ¹⁸. O CAPS surgiu no SCS após a sua realocação do Edifício Turing (ao lado da Rodoviária do Plano Piloto) devido a revitalização do edifício para a Copa do Mundo de futebol de 2014. Antes de ocupar o SCS, passou a compor uma parte do CAPSi (localizado na Asa Norte) de forma improvisada; durante esse período, muitos pacientes reclamavam da dificuldade de acesso ao novo local e depois de muitas dificuldades de realocação, o CAPS AD III passou a funcionar no Setor Comercial Sul, mesmo com a resistência dos comerciantes locais.

Essa ocupação no SCS representa uma vitória para o CAPS pois a localização facilita o acesso aos usuários e principalmente, é um serviço de saúde que tem como objetivo o tratamento de pessoas que se encontram em situação de uso abusivo de substâncias químicas; o fato desse serviço estar localizado no centro da cidade facilita o acesso principalmente para aqueles que possuem condições precárias de vida e usam os espaços públicos centrais das cidades para sobreviverem: a população de rua. Além disso, antes da chegada do CAPS no Setor, em 2014, o SCS tinha o que era considerada a maior cracolândia do DF, o Buraco do Rato. Após a chegada do serviço no território, com tratamento e ressocialização desses pacientes fez com que o Buraco fosse instinto, graças ao tratamento que o CAPS ofereceu a esses indivíduos.

A POPULAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL

Como dito anteriormente, muitas pessoas escolhem espaços escondidos de Brasília e caracterizam uma parte da população de rua da capital, isolados e escondidos, muitas vezes em família. No entanto, existem também aqueles que em sua maioria, além de fazerem uso de substâncias psicoativas, possuem os laços familiares rompidos ou fragilizados e perambulam pelas ruas de Brasília, sobrevivendo das sobras que as grandes cidades podem oferecer. É o caso da população de rua do Setor Comercial Sul.

¹⁶ O âmbito de atuação do CAPS AD III Candango é a região centro norte que abrange os territórios da Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte, Cruzeiro, Octogonal, Vila Planalto, Vila Telebrasilândia, SAAN, SOF Norte e Varjão

¹⁷ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas. **FONTE:** https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/conheca_raps_rede_atencao_psicossocial.pdf

¹⁸ Os três principais princípios do SUS são: Universalização (a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar esse direito); Equidade (tem como objetivo diminuir as desigualdades; “tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior); Integralidade (pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas) **FONTE:** <https://www.gov.br/sau/pt-br/assuntos/sau-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona>

A população de rua que faz uso de Setor para sobreviver possuem uma grande, se não a maior, relevância na constituição do território. Muitas pessoas que moram em Brasília não frequentam o SCS à noite ou evitam ir durante o dia justamente pelo estigma que o local carrega de ser perigoso devido a população de rua, dependentes químicos, prostitutas, etc; na maior parte dos casos, esses grupos carregam estigmas que tornam o local perigoso para o resto da população.

São muitas razões que fazem o SCS ser um local de escolha para aqueles que não tem outra opção a não ser utilizar a rua como local de sobrevivência, como por exemplo, a escala gregária que o setor possui; o grande fluxo de pessoas é uma oportunidade de renda para aqueles que realizam atividades informais como vigia de carros, engraxadores, além da própria mendicância. Segundo Silva:

Nos grandes centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas comerciais, bancárias ou atividades religiosas e de lazer (supermercados, lojas, bancos, igrejas, bares, praias, centros culturais, centros esportivos, etc.) atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de receber doações ou obter rendimentos por meio do desenvolvimento de atividades econômicas informais, como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carro, serviços de engraxantes, revenda de ingressos para acesso a atividades culturais e/ou esportivas (2006, p. 91)

Ou seja, o SCS é um território que tem muito potencial para a população de rua: localizado ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, o que possibilita o acesso de ônibus de qualquer Cidade Satélite; possui um grande fluxo de pessoas durante o dia, o que cria possibilidades para doações e caridade; há alguns quilômetros está o Centro Pop¹⁹ Brasília; possui duas opções de serviço de saúde (Hospital de Base e CAPS AD III) que costumam ser redes de referência para muitos usuário e a presença de muitos becos, o que possibilita para aqueles que querem se manter escondidos do fluxo de pessoas, seja para o uso de substância psicoativas ou simplesmente por não quererem se expor em alguns momentos, ficando fora do campo de visão do fluxo do território.

Um fator que é muito marcante no dia a dia da População de Rua do SCS é o preconceito que sofrem, tanto dos comerciantes e trabalhadores do território, quanto do estigma que o território carrega por causa da presença dessa população. De acordo com Carneiro,

¹⁹ Segundo site da SEDES DF, o Centro Pop é um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua. São ofertados atendimentos, oficinas, atividades de socialização, além de ser possível acessar o serviço para guarda de pertences, realização de higiene pessoal e alimentação e provisão de documentos e informações assistenciais.

FONTE: <https://www.sedes.df.gov.br/centro-pop/>

(...)podemos dizer que certos modos de vida vêm sendo considerados como indícios de desordem urbana e, principalmente, de insegurança. São responsabilizados pelo afastamento da população “de bem” e do que se considera “bons” usos. (2009, p.58)

Como resultado desse preconceito, ações higienistas, com respaldo governamental, tem se tornado cada vez mais frequentes no dia a dia dessa população; no entanto, esse assunto será abordado a fundo mais à frente.

CAPÍTULO III

PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO URBANA: UMA ANÁLISE DO PROJETO *VIVA CENTRO!* E OS DESDOBRAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA DO SCS

3.1 REVITALIZAÇÃO

Após o arcabouço teórico realizado anteriormente, fica clara a afirmação de que as cidades se caracterizam como espaços de transformações constantes, possuindo fenômenos urbanos como consequência desse dinamismo, no entanto, cada um tendo a sua particularidade.

Os casos são particulares porque é evidente que cada local possui sua história e peculiaridades, de qualquer forma é possível observar que as políticas adotadas aos processos em qualquer lugar do mundo são produzidas e reproduzidas sem relevar essas diferenciações. (COUTO; MARTINS, 2013, p.11)

Essas transformações acontecem em vários pontos da cidade e em cada ponto assume uma particularidade. Assim como existem territórios que se transformam com reformas, outros são esquecidos, abandonados e desvalorizados, se tornando o que Mário César Coelho chamou de ruínas urbanas.

Lugares provisórios, efêmeros, fantasmagóricos como nos velhos filmes de faroeste. Os lugares abandonados e desertos - as ruínas estão de certa forma ligadas à prática criminosa, aos atos ilícitos. Encontramos exemplos na literatura, filmes, jornais, histórias em quadrinhos, em que são referenciados

como lugares perigosos, inomináveis. No imaginário coletivo, as ruínas estão ligadas ao lugar do perigo, do obscuro, do medo. (1996, p.44)

Porém, justamente por causa desse dinamismo, essas ruínas podem ser lembradas e revalorizadas devido, principalmente, ao potencial econômico que oferecem. Quando o governo e grupos de investimentos urbanos privados percebem o que esses espaços podem oferecer, há uma necessidade de intervenções urbanas a fim transformar esses espaços em mercadorias, ou seja, em fontes de lucro, seja com a realização de eventos de lazer, habitação, novos comércios, dentre outras ações. Esses processos são conhecidos como revitalização, e podem gerar um fenômeno urbano conhecido como gentrificação. Portanto

torna-se de suma importância atentar para a crítica a esse tipo de ação que, em certos casos, acabam introduzindo mudanças ou intervenções que terminam por favorecer o uso de determinados espaços apenas por grupos sociais mais privilegiados, criando, assim, uma espécie de “gentrificação cultural” levando consigo o processo de “gentrificação urbana” (SANTOS, 2014, p. 589 - 560)

Mas afinal, o que seria um processo de revitalização, e por que esses projetos de intervenção urbana tem como consequência o processo de gentrificação?

OS PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO E A CONSEQUENTE GENTRIFICAÇÃO URBANA

Como já exposto, devido ao movimento dinâmico de transformações, os espaços nas cidades estão em constante mudança. Por essa razão, alguns pontos das cidades acabam perdendo as funções que tinham, assim como outros vão assumindo novas. Com o passar dos anos, muitos espaços que antes eram pontos de referência para as cidades passam a perder sua importância e deixam de receber atenção de políticas públicas, que focam suas ações em territórios que oferecem uma chance de lucro maior.

Esse abandono, com o passar do anos, torna esses espaços esquecidos, deteriorados, sem manutenção e abandonados, ou seja, se tornam ruínas urbanas. Além dessa deterioração, o fato deles serem esquecidos torna-os mais propícios para serem utilizados por grupos que são indesejados socialmente, não são bem vindos em locais mais nobres e movimentados da cidade; e para a população socialmente aceita, a presença de certos grupos sociais impossibilita o uso desses territórios. Geralmente, essas ruínas são locais muito utilizados por populações de rua nos grandes centros urbanos. Por não ter um fluxo de pessoas,

principalmente nos períodos noturnos, conseqüentemente se tornam lugares propícios para o uso de substâncias psicoativas, prostituição e outras atividades ilícitas aconteçam fora do alcance visual do restante da sociedade e de forças repressivas do Estado.

Essa mesma dinâmica que faz com que alguns pontos da cidade sejam esquecidos, também faz com que eles sejam revalorizados. No caso das revitalizações nos centros urbanos, esses territórios são bem localizados, possuem fácil acesso além de uma arquitetura que carrega a essência de cidades. Quando há esse resgate do potencial arquitetônico, cultural e principalmente econômico desses espaços, cria-se a necessidade de intervir nesses territórios. Essas intervenções urbanas buscam melhorar o que precisa ser melhorado nos espaços, seja com reformas, mudança nos comércios, aumento de eventos culturais, polos gastronômicos dentre várias outras iniciativas, que geralmente buscam atender a demanda a qual está sendo destinada essa intervenção. Esse processo de revalorização de certos territórios é conhecido como revitalização. Em muitos casos, busca explorar o potencial principalmente econômico que esses espaços podem oferecer, ou seja, visam o lucro.

Essa revitalização vem acompanhada na mudança do estilo de vida do local para convidar novas pessoas a frequentarem esses espaços, pois agora, eles possuem novas alternativas de lazer, cultura e gastronomia a oferecer. No entanto, é impossível que essas modificações aconteçam sem modificar a antiga dinâmica desses espaços; na verdade, o intuito principal dessas intervenções é justamente ressignificar a função que esses locais podem oferecer através das novas iniciativas. Essas ações podem partir de grupos privados ou projetos de lei governamentais.

Esses projetos de revitalização também significam a apropriação, direta ou indireta, dos espaços públicos. Direta pois “as mudanças ainda ocorrem de acordo com as transformações capitalistas mundiais” (COUTO; MARTINS, 2013, p.6) ou seja, tem o intuito de transformar esses espaços em locais que deem um retorno financeiro, um lucro; indireta pois a mudança no estilo de vida desses territórios convidam novas pessoas para os frequentarem e, conseqüentemente, os antigos frequentadores não conseguem se adaptar às mudanças econômicas que passam a compor o espaço, geralmente que atendem a públicos com melhores poderes aquisitivos, visto que essas intervenções visam um lucro econômico.

Ou seja, essas modificações territoriais não acontecem sem que afete, positiva ou negativamente, a vida daqueles que já usufruíram desses espaços. Segundo Santos

tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada. (2014, p.588)

Essa dificuldade dos antigos frequentadores, moradores, comerciantes, enfim, as pessoas que usufruem de um certo território e após a intervenção urbana de revitalização não conseguem se adaptar às mudanças e portanto a consequência é que muitas vezes essas pessoas não conseguem pertencer mais a esses espaços, gerando um processo urbano conhecido como gentrificação. De acordo com Furtado, o fenômeno

é consequência de mudanças, não apenas na qualidade, composição e distribuição da força de trabalho, mas principalmente, e primeiramente, na reorganização do espaço para produção, circulação e consumo de mercadorias. (2014, p.341)

As iniciativas de revitalização servem como respostas contra a deterioração urbana, porém, o que se percebe é o desejo de revitalizar e recuperar espaços com potenciais econômicos, ou seja, que possam dar um retorno, um lucro. Essa percepção demonstra que, no final das contas, o objetivo principal não é salvar esses lugares ou melhorar as condições daqueles que já ocupam esses espaços, e sim possuírem um retorno econômico. Nota-se que, muitas iniciativas buscam atender as demandas do capital. Além disso, esses processos de revitalização passam a ditar a dinâmica urbana desses territórios, no que diz respeito ao novo público no qual esse local foi revitalizado, quem vai ter poder aquisitivo para frequentar esses ou o simples fato de permanecer e pertencer nesses espaços.

3.2 A REVITALIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL SUL

O SETOR COMERCIAL SUL COMO UMA RUÍNA URBANA

Como já exposto, as revitalizações acontecem em espaços da cidade que se encontram em deterioração e por isso necessitam de uma intervenção urbana como solução para “salvar” esses territórios. No caso do SCS, o território carregou nos últimos anos o estigma de ser um local perigoso, violento, palco de tráfico e uso de drogas (ou substâncias psicoativas), prostituição e atividades ilícitas.

Nos anos 1990, diferente do que foi observado nos anos anteriores, houve uma desocupação do Setor Comercial Sul; muitas salas comerciais e edifícios foram desocupados e outros serviços foram realocados para outros pontos da capital e, com o passar dos anos, o Setor deixou de ter a relevância que tinha para a cidade. Esse processo convidava menos pessoas a frequentarem o espaço e, conseqüentemente, aos poucos, foi abandonado por iniciativas públicas e privadas.

Esse abandono e esquecimento do território reflete em menos atuação pública na área, o que contribuiu com a sua degradação física; em muitos pontos do SCS são encontrados lixos acumulados, bueiros entupidos, buracos e sujeiras expostos, calçadas e bancos quebrados, falta de iluminação no período noturno, praças de convivência abandonadas dentre outros. Por essas razões, muitos comerciantes acabam fechando suas lojas, escritórios e salas comerciais foram sendo abandonadas; esses trabalhadores costumam procurar espaços na capital que tenham um melhor investimento urbano. Segundo reportagem do G1 DF, 101 lojas e 680 salas estão fechadas.

Outro fato que faz com que esses trabalhadores abandonem seus negócios é a insegurança que sentem no território. Como já citado, essas ruínas se tornam locais propícios para que populações de rua desenvolvam seus modos de sobrevivência; os vários prédios abandonados e calçadas servem de abrigos para essas populações. Os modos de vida que essas populações levam não são agradáveis e aceitáveis para aqueles que são socialmente aceitos. Casos de furtos, relatos de lojas arrombadas no período da madrugada fazem com que os comerciantes, trabalhadores e frequentadores se sintam prejudicados pela população de rua, além de contribuir com o pensamento (ou estigma) de insegurança e violência que o Setor Comercial Sul carrega.

Portanto, mesmo com uma boa localização, por muitos anos não houve um interesse de investimento no SCS, contribuindo com sua degradação física e principalmente da memória do território.

O PROJETO DE LEI *VIVA CENTRO!* E OUTRAS FORÇAS DE ATUAÇÃO NO SCS

Mais ou menos em meados de 2018, a atenção voltada ao SCS começou a tomar novos rumos. Grupos privados e projetos públicos começaram a notar o potencial do território, principalmente no âmbito cultural, devido a sua arquitetura de becos e grafites, que faz com que o espaço seja underground e traz aquele sentimento de cidade, de urbano que

esses espaços proporcionam, além do fato de não possuir áreas residenciais ao redor o que possibilita a realização de eventos e festas que duram até o período da madrugada. O SCS começou a ser palco de realização de eventos festivos e culturais, principalmente com intervenções urbanas que surgiram de iniciativas, grupos e coletivos privados. Há, com força maior (de destaque) no território, duas intervenções que atuam em paralelo no Setor Comercial Sul: o projeto de lei *VIVA CENTRO!* e o Instituto Cultural e Social No Setor.

Devido ao abandono da função gregária inicialmente destinada ao Setor Comercial Sul, há muitos anos há a discussão no GDF sobre a revitalização do território. Em 2008, surge o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, instrumento de revitalização e orientação para expansão e revitalização dos territórios que abrangem todo o espaço físico do DF. Nesse contexto, sai do âmbito das discussões e surge, no ano de 2019, o projeto de lei *VIVA CENTRO!*. O projeto é regido por 5 eixos estratégicos, são eles: cultural, (circuito cultural, apropriação cultural dos espaços), econômico (concessões de área pública; diversificação de atividades), social (acolhida social e inserção na cidade) habitação (promoção de habitação de interesse social) e o eixo de espaços públicos (requalificação dos espaços e acessibilidade e modernização). Os objetivos do projeto são, segundo a SEDUH: combater as causas da degradação urbana; readequação da realidade urbana e fomento de investimentos para a sustentabilidade da região. Ou seja, consolidar o SCS como uma referência em cultura e inovação no DF, resgatando a função de centro urbano (presente na Escala Gregária do Plano Piloto), apropriando-se do espaço social aliado à promoção do desenvolvimento econômico.

Dentre as várias propostas apresentadas pelo SEDUH, a mais polêmica é a proposta de habitação de salas e prédios abandonados (com até 30% da área construída de abrangência do programa), proposta essa que gera uma grande discussão entre arquitetos e urbanistas, secretários urbanos, estudiosos e ativistas pois a função proposta não vai de acordo com a preservação do projeto urbanístico de Brasília, que tem como princípio o território voltado apenas a função comercial. Em setembro de 2021 foi decidido pelo IPHAN que seriam feitos mais estudos técnicos sobre essa questão.

Além do projeto de lei *VIVA CENTRO!*, a outra força urbana que tem um grande protagonismo no território é o Instituto Cultural e Social No Setor, mais popularmente conhecido apenas como No Setor. O instituto começou como um coletivo da sociedade civil que se reconhece como uma “plataforma de transformação do centro de Brasília por meio da

ocupação e ressignificação do espaço público”²⁰. O No Setor surgiu e ganhou protagonismo no início do ano de 2018 com o Setor Carnavalesco Sul, evento de carnaval de grande porte, realizado no Setor e após esse evento e sua popularidade na cidade, o No Setor e o território foram palco de diversos eventos festivos, culturais e outros tipos de intervenções.

Entre 2018 e 2019 foram feitas intervenções em cultura, inovação, hortas urbanas, debates e ações com moradores de rua tentando influenciar positivamente a vida de cerca de 200 mil pessoas que frequentavam o lugar.²¹

Um dos focos do No Setor é trabalhar em conjunto com a população de rua, além de serem responsáveis, através da força política que eles sabem que possuem, pelas mediações entre forças governamentais e a população de rua do SCS. O instituto é responsável por várias intervenções no território, dentre elas, a reforma e reinauguração do banheiro público do SCS, utilizado principalmente pela população de rua.

3.3. OS DESDOBRAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA DO SCS

A IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO DE RUA PARA A MEMÓRIA DO TERRITÓRIO

Ao estar presente em um espaço, seja morando, trabalhando ou apenas passeando, quando isso se torna algo frequente, ou seja, tem uma constância a pessoa ou grupo cria um sentimento de pertencimento com esse espaço. Esse pertencimento também gera a memória social do território. As memórias não são construídas do nada: fazem parte das relações sociais que ocorrem no espaço, associadas ao ponto de vista daqueles que compõem a dinâmica territorial. Habitar, trabalhar e usar espaços para lazer, ou seja, uma constância de presença nesse espaço, faz com que as pessoas se sintam pertencentes a ele, e, portanto, criam uma relação de valor de uso com o território. Segundo Oliveira, “falar sobre o lugar de alguém é falar das marcas, daquilo que identifica uma pessoa, uma vez que o lugar passa a ser dotado de valores individuais.” (2011, p.44)

No caso do SCS quando o espaço passou a ser esquecido e abandonado, ou seja, quando se tornou uma ruína urbana, acabou se apresentando como um local propício para

²⁰ FONTE: <https://nosetor.com.br/>

²¹ IBID.

aqueles que não possuíam outra alternativa de sobrevivência além de morar nas ruas. No entanto, como abordado, essa ocupação do espaço não é apenas física; ao usarem esse espaço, essas populações constroem histórias e memórias. O espaço possui sua significação através dos usos e apropriações que forças fazem dele; quando um grupo frequenta um espaço, para desenvolver qualquer tipo de atividade (no caso da população de rua como espaço para morar), são estabelecidas vivências sociais e urbanas. Mesmo que a população de rua seja estigmatizada, ela dita a dinâmica do território. É por causa dessa população que o SCS é considerado um local perigoso, por exemplo. O fato de usarem o território para exercerem suas sociabilidade, rotina, atividades econômicas, políticas etc, é o que pode entender como valor de uso do território; “esse valor caracteriza o espaço público como um espaço social na medida em que as pessoas podem apropriar-se dele, no acesso irrestrito a todas as partes do território urbano” (IBID, p. 48)

Ninguém melhor que a própria População do SCS para conhecer esse espaço, suas dinâmicas, necessidades, forças políticas e repressoras de atuação, os comércios, os becos. Mesmo que existam conhecimentos, teóricos e de senso comum, sobre o território, mesmo que pessoas trabalhem, frequentem, tenham comércios, quem está lá a todo momento são a população de rua, que não só usam o território como um espaço para ações específicas, mas como o que podemos chamar de lar: local onde dormimos, nos alimentamos, convivemos como nossos familiares e vizinhança, fazemos nossas necessidades dentre outras atividades. Claro, salvo as devidas proporções, o SCS é o lar dessas pessoas, o local que escolheram, devido a falta de opções melhores de vida, entre as opções de exercerem seus modos de vida miseráveis como local para viver, ou melhor, sobreviver. E por usarem esse espaço como “lar” produzem saberes sobre esse espaço:

cotidianamente (re) construídos pelos moradores de rua a partir dos enfrentamentos e lutas com outros sujeitos, com o espaço -que tanto os circundam como os preenchem com sua presença- e entre eles mesmos. (CARNEIRO, 2019, p. 51)

OS DESDOBRAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA

Um dos procedimentos metodológicos que mais auxiliou nas pesquisas para a elaboração da monografia foram os portais de notícias online, pois por se tratar de um tema em andamento, foi a melhor forma de ter acesso às intervenções mais recentes que acontecem no território. Durante a pesquisa, se percebeu o foco, quando se fala em SCSS, em duas

questões: o perigo do território, que é citado em quase todas as reportagens assistidas e lidas, sempre envolvendo a população de rua como culpada pelos crimes (ou atos ilícitos) que ocorrem no território e o aumento de ações com caráter higienistas, feitas por forças policiais e secretarias urbanas contra a população de rua.

Durante a pandemia do COVID 19, se tornou cada vez mais recorrentes ações do DF Legal ²² em conjunto com a Polícia Militar do DF de retirada dos pertences pessoais da população de rua. Essas ações são feitas principalmente com a justificativa de limpeza das calçadas, onde geralmente essas pessoas costumam ficar com seus pertences como barracas, cobertas, roupas, doações que recebem e até documentos pessoais. Essas ações são feitas sem o mínimo de respeito à dignidade da pessoa humana. Segundo Gomes

compreende-se a pressa do governo do Distrito Federal em suprir com as exigências liberais de revitalização do SCS a partir da tentativa de realocação dos moradores de rua com medidas grotescas e insuficientes para solução, apenas configurando acentuada violação de direitos fundamentais (2021, p. 8)

Muitas entrevistas apresentam e focam na insegurança do local. Comerciantes e outros grupos que são contra a permanência desses corpos no território, defendem e são favoráveis a essas ações cada vez mais frequentes. Durante reunião sobre o projeto *VIVA CENTRO!* realizada no dia 28/09/2020²³, com ata publicada²⁴ no dia 29/10/2020, reunião essa que aconteceu após uma ação de retirada dos pertences, realizada dia 19/09/2020, o então presidente da Associação Comercial do Distrito Federal - ACDF, Fernando Brites, expressou sua opinião a respeito do projeto de revitalização, deixando claro o interesse econômico no projeto de revitalização. Em sua fala, Brites afirmou que os prédios do SCS pertencem a iniciativa privada, além de achar “que devem, sim, manter o direito de cidadania e dignidade às pessoas, gerando emprego e renda, **e nada além disso**” (grifo próprio). Além disso, o presidente se mostrou favorável à ação executada no setor, mesmo já sendo comprovado pela justiça que a ação foi institucional, obrigando o GDF a devolver os pertences da população,

²² Segundo site do próprio DF LEGAL, o serviço se caracteriza como uma nova Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, sancionada no dia 16 de maio de 2019 (lei 6.302/2019). Tem como função promover e fiscalizar o crescimento ordenado da cidade, com foco na prevenção de invasões (FONTE: <https://www.dflegal.df.gov.br/sobre-o-dflegal/>)

²³ Após essa ação e essa reunião, outras ações ocorreram novamente no território, como por exemplo no dia 28/07/2021. COLOCAR AS FONTES AQUI

²⁴ FONTE:

https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2020/10_Outubro/DODF%20206%2029-10-2020&arquivo=DODF%20206%2029-10-2020%20INTE

além de uma indenização. Segundo o DF Legal, essas ações fazem parte da fase 1 do projeto de revitalização.

Durante essa mesma reunião, houveram apontamentos que defendem a população de rua. Um homem que se identificou como morador de rua do SCS questionou se algum percentual do plano de colocar área residencial do projeto seria destinado para a população de rua. Segundo os que estavam presentes, mesmo que o projeto possua um eixo social, na prática não é observada ações efetivas que realmente se preocupem e levem em consideração as demandas dessa população. No que diz respeito ao direito de ocupar a cidade, essa lógica é aplicada apenas para as iniciativas privadas e pelo projeto de revitalização, já que a política adotada para a população de rua do SCS tem sido essas ações de cunho higienista.

Não só a população de rua são ameaçados, como também o serviço de saúde presente no território, o CAPS. Também em setembro de 2020, servidores do foram avisados que seria preciso desocupar após o vencimento do aluguel do prédio que ocupam no SCS. Essa pressão vinda principalmente por parte de empresários e comerciantes da região, é justificada pois a presença do serviço no território contribui com uma maior concentração da população de rua no território, o que, segundo eles, contribui com o aumento da criminalidade no território. Essas ações expõe o que Milton Santos quis afirmar quando disse :

Ora, diante da realidade, que está sob nossos olhos, não se pode pensar em crescimento que não seja acompanhado por transformações estruturais frequentemente profundas, mas esse crescimento, considerado como um condição prévia, termina por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento “humano”, devido aos bloqueios de estruturas que ele provoca por toda parte. (2013, p.30)

A partir da violação do direito de estarem ocupando os espaços públicos, a população de rua é, aos poucos, não convidada mais a permanecerem no território que já estabeleceram seus modos de vida. Essas ações caracterizam a materialização do processo de gentrificação, onde essa população já não se sente tão segura em seu território; além disso, demonstram de forma explícita as relações de poderes sociais no território, e vão, aos poucos, “formatando espaços morais de exclusão - majoritariamente da pobreza - que segregam e retiram dos espaços das cidades aqueles corpos considerados não conformes ou anormais” (CARNEIRO, 2019, p. 48).

Essa população não só perde o local que escolheu para sobreviver, como também as memórias, histórias e vínculos que constituíram com o local e entre si. Para alguns, o Setor Comercial Sul, antes da revitalização, se apresentava como um local vazio, esquecido e

deteriorado. Para a população de rua, se mostrou um local convidativo para viverem de modo miserável e estabelecerem ali suas dinâmicas de vida. Ou seja, isso reflete que o território foi esquecido para apenas para alguns, para a parcela socialmente aceita da sociedade, o que justifica novas transformações espaciais e sociais, mesmo que essas ações tenham desdobramentos negativos para o grupo social que já ocupava esse território. As significações para um território são dinâmicas, mas, são voltadas para o lucro, ou seja, a significação válida aqui é a dos grupos de poder.

Se o projeto se efetivar da forma que pretende, e continuar seguindo os rumos que está tendo, o imaginário acumulado através de ações e símbolos dessa população será apagado da dinâmica territorial. Novas referências, relações, memórias e simbologias serão construídas através do apagamento de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização e o surgimento das cidades industriais traz à tona, e em quantidades antes não vistas, as problemáticas sociais. No Modo de Produção Capitalista, essas expressões da questão social são parte da estrutura do capital, que produzem e as reproduzem em nome do lucro. No caso de Brasília, a cidade já foi planejada e construída visando o lucro do capital, a velocidade e a organização desse processo. No entanto, o que os seus planejadores e o Governo não contavam é que a capital seria mais uma cidade brasileira com os mesmo problemas sociais, só que com desdobramentos específicos.

Por ser a capital do país, Brasília é um local considerado caro, devido ao investimento em turismo na cidade, por causa principalmente de sua arquitetura peculiar. Essa preocupação com atração turística da cidade contribui com processos de renovação urbana em vários pontos da capital. No caso do SCS, por estar localizado ao lado do Setor Hoteleiro Sul, espaço onde há a maior concentração de turistas da cidade, seja aqueles que visitam a capital a lazer ou a trabalho, a revitalização através das propostas do *VIVA CENTRO!* são, além de atrativas, de fácil acesso para esses turistas.

É importante ressaltar que a intenção desta monografia não é ser contra a revitalização urbana, mas, expor duas questões. Primeiro, que por vivermos em um sistema cheio de contradições, infelizmente algumas ações em nome do lucro, mesmo que tenha um retorno positivo para alguns, tem consequências irreparáveis na vida de outras pessoas. Não é difícil

notar, tanto no dia a dia quanto após a leitura desta monografia, que os grupos que possuem o retorno positivo, seja com lucros econômicos ou visibilidade social, são aqueles que possuem mais força social. Através dessa força, esses grupos conseguem modificar um território, não importando a questão social presente nele.

Segundo que, quando visando o lucro, é impossível que a revitalização seja justa igualmente para todos. No caso do Setor Comercial Sul, o direito de permanecer e ocuparem espaços públicos está sendo violado. Quando não é por ações direitas e com caráter higienista da força estatal, é pelo simples fato de não se sentirem mais pertencentes a um espaço, que de um ano pra outro, teve sua dinâmica modificada e voltada para outra função.

Conforme a revitalização vai acontecendo, novas pessoas da própria capital agora veem razão para frequentarem esse território, e o que antes se tornava um ambiente convidativo para estabelecer seus modos de vida, agora se torna um lugar movimentado por diversos públicos, inclusive pessoas de regiões mais nobres de Brasília. E são justamente essas pessoas socialmente aceitas, que antes não se sentiam seguras a frequentar o espaço por causa da insegurança que sentiam por causa da população de rua, que agora frequentam o espaço e transformam a dinâmica de um território sem muita movimentação no período noturno, como escolha para lazer. Cabe aqui nessa argumentação relembrar o caso do Índio Galdino, líder indígena que foi morto no dia 20 de abril de 1997 em Brasília enquanto participava de reuniões na capital sobre conflitos fundiários envolvendo as terras indígenas. Galdino foi morto na madrugada, enquanto dormia em um ponto de ônibus após participar de eventos do Dia do Índio. O indígena foi morto porque um grupo de cinco jovens, todos de famílias ricas de Brasília, achou que seria legal atear fogo em um “mendigo” que dormia na rua. Após serem identificados, os assassinos justificaram o ataque afirmando que imaginaram que se tratava de um mendigo. Ou seja, a justificativa dos criminosos era que atear fogo em um mendigo não tem problema; o azar deles foi que não era uma pessoa de rua.

Esse crime, muito forte na história da capital, mais as ações higienistas que acontecem no SCS, retratam a política pública que a sociedade e o Estado aplicam para essas populações. Esse projeto incita a gentrificação pois na prática as ações que estão sendo destinadas para a População de Rua do Setor Comercial Sul não trazem instrumentos que garantam direitos efetivos para os mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Ingrid Fonseca de. **Setor Comercial Sul: proposta de intervenção urbana**. 2014.

BURSZTYN, Marcel. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Labor et Fides, 1997.

CARNEIRO, Karine Gonçalves. **Perigosos ou úteis?: Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 19, p. 45-61, 2019.

COELHO, Mário César. Ruínas Urbanas. Esboços, [s. l.], 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 230/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. (Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)

COUTO, Perla do; MARTINS, Solismar Fraga. Revitalização urbana como produto da apropriação do espaço público. SEURB, [s. l.], 2013.

CRESTANI, Andrei Mikhail Zaiatz. **As faces (in) visíveis da regeneração urbana: rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado**. Cadernos Metrôpole, v. 17, p. 179-200, 2015

DANTAS, Lucas Eduardo Lima. **População de rua e cidade: uma análise da ressignificação dos espaços urbanos**. Cadernos Metrópole, v. 23, p. 651-676, 2021.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. Cadernos Metrópole, v. 16, p. 341-364, 2014

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. História. Brasília: a cidade-sonho. Disponível em: <https://www.df.gov.br/historia/#:~:text=Em%2021%20de%20abril%20de,tudo%20j%C3%A1%20feito%20at%C3%A9%20ent%C3%A3o>

GOMES , Bruna Gardin. Tratamento estatal à população de rua do setor comercial sul: Biopolítica como forma de governamentalidade, limite do poder de polícia e o estado de exceção de fato como norma de governo. 2021. Artigo (Direito) - CEUB, [S. l.], 2021.

G1 DF, **Confusão no Setor Comercial Sul**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/df2/video/confusao-no-setor-comercial-sul-9724455.ghtml>

G1 DF, **Empresários se mobilizam para revitalizar Setor Comercial Sul**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/empresarios-se-mobilizam-para-revitalizar-setor-comercial-sul-9759135.ghtml>

G1 DF, **O abandono do Setor Comercial Sul**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/df1/video/o-abandono-do-setor-comercial-sul-9679616.ghtml>

KATUTA, Angela Massumi; LONGO, Marlene Ferreira; LIMA, Valdeci Ferreira. **A Construção de Brasília, o Plano Piloto, a " Mudança" da Concepção de Cidade e suas Consequências**. Formação (Online), v. 1, n. 2, 1995.

LAURIANO, William. **Gentrificação da cidade modernista: Brasília**. Cadernos Metrópole, v. 17, p. 155-178, 2015.

OLIVEIRA , Maria do Rosário de Lima. A rua como espaço para morar:: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa - PB. 2011. Mestrado (Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. **A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro**. 2006.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SECRETARIA DE SAÚDE DO DF, **Caps ad III - CANDANGO**. Disponível em:
<https://www.saude.df.gov.br/caps-ad-iii-brasil-candango/>

SANTOS, André da Rocha. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. *Cadernos Metrópole*, v. 16, p. 587-607, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 2014. ed. rev. São Paulo: Edusp - editora da universidade de são paulo, 1985. 120 p.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. [S. l.: s. n.], 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado e Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIQUEIRA, Marcos César Alves. **Da cena ao movimento: subsídios a uma concepção crítica da cidade moderna e do urbano**. 2017. viii, 217 f. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília/elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA - Brasília: GDF, 1991, 76p., il.

VIVA CENTRO! Programa de revitalização do SCS. SEDUH. Disponível em:
<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Viva-Centro-Apresentacao-2020-09-03-Conplan.pdf>